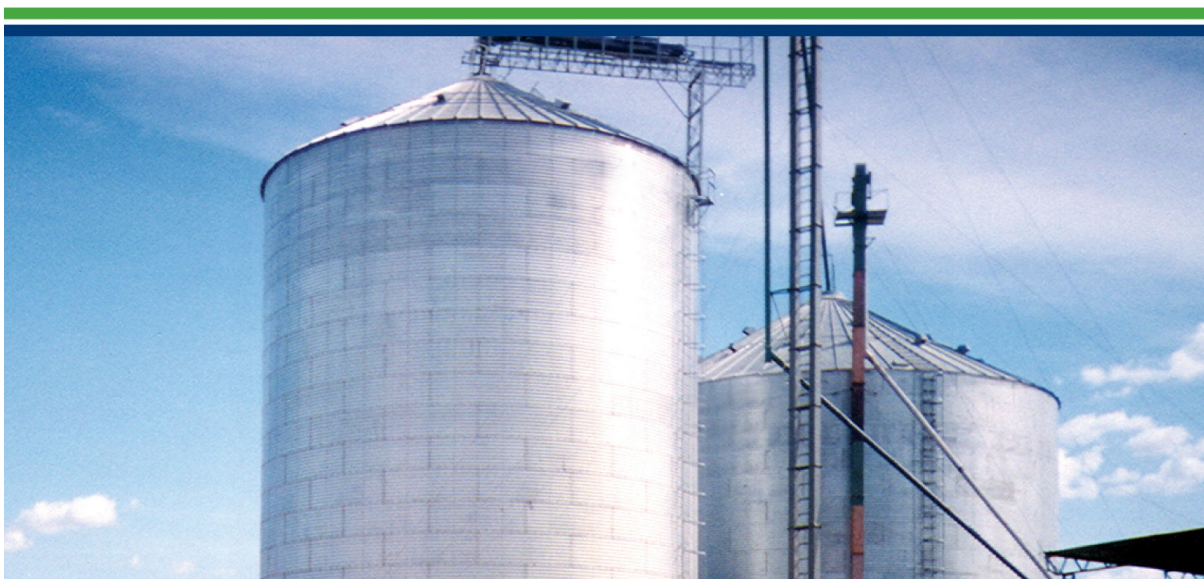


**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Superintendência Regional de Roraima**



Relatório de Gestão

do Exercício de 2011



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional de Roraima

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 107/2010, da Portaria TCU n.º 277/2010 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
EDILSON GUIMARÃES
JOSÉ GERARDO FONTELLES
CARLOS CARBONI
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
RENATA LIMA DE CARVALHO
Membros

DIRETORIA COLEGIADA
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

IRISELI BUARQUE ONOFRE
Superintendência Regional de Roraima
Superintendente

FÁBIO CECCATO MAGALHÃES
Gerente da Gerência Operações e Estoque Estratégico

ROBSOM MARQUES DOS SANTOS
Gerente da Gerência de Finanças e Administração

IRISELI BUARQUE ONOFRE
Elaboração

rr.sureg@conab.gov.br
Fone: 3632.3200 81.21.6435

Sumário.....	3
LISTA DE SIGLAS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE QUADROS.....	7
Introdução	9
1 . Informações Básicas.....	10
1.1 Informações Gerais sobre a UJ.....	10
1.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
1.1.2 Auditoria Independente.....	11
1.1.3 Estrutura Organizacional.....	11
1.1.4 Estrutura de Governança Corporativa.....	13
1.1.5 Principais Responsáveis.....	13
1.2 Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos.....	13
1.2.1 Planejamento Estratégico.....	13
1.2.2 Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	15
1.2.2.1 Macroprocesso de Sustentação da Renda	15
1.2.2.2 Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	16
1.2.2.3 Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	17
1.2.2.4 Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	18
1.2.2.5 Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	19
1.2.2.6 Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	19
1.2.2.7 Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	20
1.2.3 Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	21
2 . Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	21
2.1 Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	21
2.2 Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	23
3 . Sustentação de Renda.....	23
3.1 Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM.....	23
3.2 Intervenções Governamentais.....	25
3.2.1 Formação de Estoques Públicos.....	25
3.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	26
4 . Promoção do Abastecimento.....	28
4.1 Vendas em Balcão.....	28
5 . Prestação de Serviços.....	30
5.1 Estoques de Terceiros.....	30
5.2 Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	30
6 . Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.....	32
6.1 Rede Armazenadora.....	32
6.1.1 Rede Armazenadora Própria.....	32
6.1.2 Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	33
6.2 Atividade de Fiscalização.....	33
6.2.1 Fiscalização dos Estoques Públicos.....	34
6.2.2 Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	35
6.3 Atividade de Movimentação de Estoques.....	36
6.3.1 Remoção de Produtos do MDS.....	36
6.4 Principais indicadores de desempenho.....	36
7 . Geração e Difusão de Informações.....	37
7.1 Levantamento de Safras.....	38

8 . Gestão de Pessoas.....	38
8.1 Distribuição de Empregados.....	38
8.2 Sistema de Comunicação.....	38
8.3 Melhoria do Clima Organizacional.....	39
8.4 Ações de Capacitação.....	39
8.5 Composição e Custos de Pessoal Ativo.....	42
8.5.1 Admissões, Demissões e Transferências.....	46
8.5.2 Perspectivas de Aposentadoria.....	46
8.5.3 Recomposição do Quadro de Pessoal.....	46
8.5.4 Composição do Quadro de Estagiários.....	46
8.5.5 Custos de Pessoal.....	46
8.5.6 Mão de Obra Terceirizada.....	48
9 . Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	48
9.1 Execução Orçamentária.....	48
9.1.1 Análise da Execução Orçamentária.....	50
9.1.2 Execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ.....	51
9.1.2.1 (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	52
9.1.2.1.1 Análise dos Indicadores.....	52
9.1.2.2 Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos.....	54
9.1.2.2.1 Análise dos Indicadores.....	54
9.1.2.3 (2012) Auxílio Alimentação aos Servidores.....	55
9.1.2.3.1 Análise dos indicadores.....	55
9.1.2.4 (2011) Auxílio Transporte.....	57
9.1.2.4.1 Análise dos indicadores.....	57
9.1.2.5 (2272) Gestão e Administração do Programa.....	58
9.1.2.6 (8579) Geração e Difusão de informações.....	60
9.1.2.7 Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	61
9.1.2.8 (21301) Formação de Estoques.....	65
9.1.2.9 Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras.....	66
9.1.2.10 Recuperação e Modernização da Rede.....	68
9.1.2.11 (2137) Fiscalização de Estoques.....	69
9.2 Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	71
9.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	71
9.2.2 Análise Crítica.....	71
9.3 Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	71
9.4 Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	71
9.5 Composição dos Investimentos da Empresa.....	89
9.6 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	89
9.7 Parecer da Auditoria Independente.....	90
10 . Governança e Controles.....	95
10.1 Informações sobre o Controle Interno.....	95
10.2 Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	96
10.2.1 TCU.....	96
10.2.2 CGU.....	97
10.3 Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	97

Lista de Siglas

AGF	Aquisições do Governo Federal
CDAF.....	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Centrais de Abastecimento
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CONAB.....	Companhia Nacional Abastecimento
CPR.....	Cédula do Produtor Rural
DIRAD.....	Diretoria Administrativa
DOU	Diário Oficial da União
GEASA	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GEFAD.....	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEOSE.....	Gerência de Operações
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS.....	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS.....	Instituto Nacional sobre Seguridade Social
ISS.....	Imposto sobre Serviços
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
MAPA.....	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA.....	Ministério da Agricultura e Abastecimento
MDS.....	Ministério do Desenvolvimento Social
MIN.....	Ministério da Integração Nacional
MOC.....	Manual de Operações da CONAB
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PASEP.....	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEP.....	Programa de Escoamento de Produto
PGPAF.....	Preço de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM.....	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PPA.....	Plano Plurianual
PROHORT.....	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF.....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP.....	Prêmio de Risco de Operação Privada

PRORE.....	Procuradoria Regional
REFAP.....	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar
de Produtos Básicos	
SAS S	Serviço de Assistência a Saúde
SEADE	Setor Administrativo de Desenvolvimento e
Recursos Humanos	
SECOF.....	Setor Contábil e Financeiro
SEGEO.....	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE.....	Setor de Operações de Estoque
SEPPIR.....	Secretaria de Políticas de Promoção de
Igualdade Racial	
SIAFI.....	Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal	
SIASG.....	Sistema da Administração e Serviços Gerais
SICAF.....	Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal	
SIGPLAN.....	Sistema de Informações Gerenciais e de
Planejamento do Governo Federal	
SINAC.....	Sistema Nacional de Comercialização
SINCOM.....	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos
de Repasse	
SIORG.....	Sistema de Informações Organizacionais do
Governo Federal	
SPA.....	Secretaria de Política Agrícola
SUARM	Superintendência de Armazenagem e
Movimentação de Estoques	
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUINF.....	Superintendência de Informações do
Agronegócio	
SUOPE.....	Superintendência de Operações
SUREG.....	Superintendência Regional
SUREH.....	Superintendência de Recursos Humanos
GEFAD.....	Gerencia Administrativa e Financeiras
GEOSE.....	Gerencia de Operações e Suporte Estratégico.
TCU.....	Tribunal de Contas da União
UA.....	Unidade Armazenadora
UG.....	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP.....	Valor de Escoamento do Produto

Lista de Figuras

Figura I – Organograma Atual da Sureg RR.....	12
Figura II – Mapa Estratégico Corporativo	14
Figura III – Macroprocesso de Sustentação da Renda	16
Figura IV - Macroprocesso de Promoção de Abastecimento.....	17
Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	18
Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Pateiros.....	18
Figura VII – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	19
Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	20
Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento.....	21
Figura X – Principais resultados estratégicos previstos.....	21
Figura XI – Evolução dos Estoques Armazenados, por propriedade.....	30
Figura XII – Evolução do Índice de Ocupação da Conab nacional.....	31
Figura XIII – Índice de ocupação da Sureg RR.....	32
Figura XIV – Evolução do Número de Empregados.....	44
Figura XV – Número de pessoas beneficiadas.....	53
Figura XVI – Número de empregados beneficiados.....	57

Lista de Quadros

Quadro I - Identificação da Unidade.....	10
Quadro II - Rol de responsáveis pela Gestão da Sureg RR.....	13
Quadro III - Detalhamento da Natureza e despesa da Formação de Estoque Público.....	25
Quadro IV - Investimentos realizados da Rede Armazenadora Própria.....	33
Quadro V - Demonstração da posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades próprias	33
Quadro VI - Demonstrativo de Fiscalização dos estoques Conab Matriz.....	34
Quadro VII - Demonstrativo de ocorrência de irregularidades na Unidade Armazenadora na Sureg RR.....	35
Quadro VIII - Detalhamento da aquisição de obras/ serviços/ equipamentos.....	36
Quadro IX - Detalhamento levantamento de safra 2010/ 2011.....	37
Quadro X - Detalhamento dos cursos por área de conhecimento.....	40
Quadro XI - Indicadores de capacitação.....	40
Quadro XII - Composição do quadro de pessoal, por situação funcional.....	43
Quadro XIII - Demonstrativo da variação do efetivo, por situação contratual - situação apurada e 31/12/2011.....	44
Quadro XIV - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções gratificadas na UJ.....	44
Quadro XV - Demonstrativo de empregados da UJ por faixa etária.....	45
Quadro XVI – Demonstrativo por nível de escolaridade.....	45
Quadro XVII – Demonstrativo das Admissões, Demissões e Transferências.....	46
Quadro XVIII - Composição do quadro de estagiários.....	46
Quadro XIX – Custos de recursos humanos nos exercícios 2009, 2010 e 2011.....	47
Quadro XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância ostensiva.....	48
Quadro XXI - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	48

Quadro XXII - Movimentação Orçamentária por grupo de despesas	49
Quadro XXIII - Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	50
Quadro XXIV - Despesas de Capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	50
Quadro XXV - Detalhamento da execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ.....	51
Quadro XXVI - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, empregados e seus dependentes.....	52
Quadro XXVII - Detalhamento da Dotação Orçamentária para a ação 20CW.....	54
Quadro XXVIII - Detalhamento da Dotação Orçamentária para a ação 2012.....	55
Quadro XXIX - Detalhamento da Dotação Orçamentária da Gestão e Administração do Programa.....	58
Quadro XXX - Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ.....	59
Quadro XXXI - Detalhamento da Dotação Orçamentária para a ação 8579.....	60
Quadro XXXII - Detalhamento da Dotação do Programa Capacitação de Servidores.....	61
Quadro XXXIII - Detalhamento da Dotação Orçamentária da Formação de Estoques Públicos....	65
Quadro XXXIV - Dotação Orçamentária para pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras	66
Quadro XXXV - Dotação Orçamentária da Recuperação e Modernização da Rede.....	68
Quadro XXXVI - Dotação Orçamentária e Indicadores da Fiscalização de Estoques.....	69
Quadro XXXVII - Demonstrativo e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores.....	77
Quadro XXXVIII - Demonstração quadro patrimonial Sureg RR.....	89
Quadro XXXIX - Estrutura de Controles Internos da UJ.....	94

Introdução

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no Estado de Roraima (Sureg-RR), relativo ao exercício de 2011, foi elaborado em consonância com a Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24 de novembro de 2010, que regula o cumprimento da Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa, n.º 117, de 19 de outubro de 2011; e da Portaria-TCU n.º 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Tomando-se por base o Anexo II, da DN TCU n.º 108, não foram atendidos os itens: 4 subitem 4.3, Principais Indicadores de desempenhos, pois são atividades centralizadas na Sede; item 5-Articulação e Organização do Abastecimento, que se refere ao Refap e ao Prohort, por não terem sido registradas demandas; item 8- Gestão Tecnológica, item 9 - Gestão Estratégica, por serem atividades centralizadas na Matriz. Os quadros A.5.7, A.11.1 e A.11.2, não se aplicam a esta regional. O item 11.6, são atividades centralizadas na matriz.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou Termos de Cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-RR, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Iriseli Buarque Onofre
Superintendência Regional de Roraima
Superintendente

1 . Informações Básicas

1.1 . Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura		Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB		
Denominação abreviada: Sureg/RR		
Código SIORG: 107926	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 135587
Situação: Em atividade		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato: (95) 3224 – 7599/ 3623 – 9460 / 3623 - 1874		
Endereço Eletrônico: www.conab.gov.br		
Página da Internet: WWW.CONAB.GOV.BR		
Endereço Postal:		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944 de 26.12.90. A Superintendência Regional da Conab no Estado de Roraima é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada em atendimento à Resolução CONAD n.º 005, de 30/07/2008, aprovada pelo Conselho de Administração na sua 182.ª Reunião Ordinária, ocorrida em 25/06/2008. Sua estrutura organizacional foi alterada por meio da Resolução CONAD n.º 07, de 15/12/2009, aprovada na 199.ª Reunião Ordinária, realizada em 25/11/2009, passando do Tipo IV para o Tipo II.		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC Normas da Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135557	Unidade Armazenadora de Boa Vista	
135346	Mercado de Operações RR	
135606	Programa de Garantia de Preço Mínimo	
135570	Estoque Estratégico	
135554	Programa de Aquisição de Alimentos	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Todas as Unidades Gestoras acima relacionadas, com seus respectivos códigos SIAFI, apresentam o mesmo código SIAFI da Gestão = 22211	

1.1.2 . Auditoria Independente

A Auditoria independente foi composta por:

Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC – DF 000896/0-1

CVM Nº 12.327

Fabson Vogel

Contador CRC – DF 12038/0-0

Sócio

Edson Souza Sobrinho

Contador CRC – DF 010198/0-4

Sócio

1.1.3 . Estrutura Organizacional

A sede da Sureg/ RR fica em Boa Vista e é subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais.

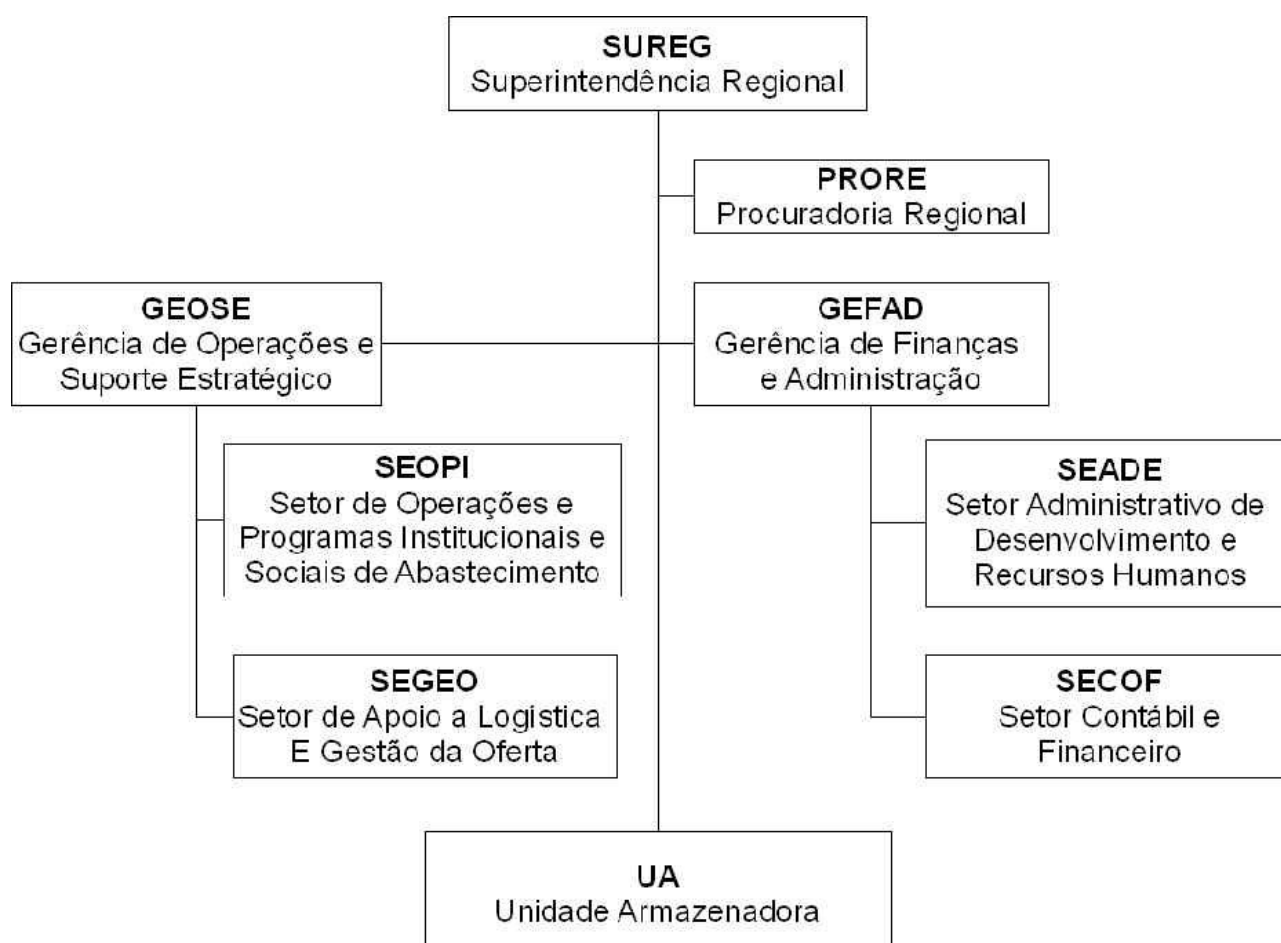
- representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia;
- divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- Procuradoria Regional - PRORE
- Gerência de Operações - GEOSE
- Setor de Operações de Estoques - SEOPI
- Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
- Setor Administrativo de Desenvolvimento e Recursos Humanos – SEADE
- Setor Contábil e Financeiro - SECOF
- Unidade Armazenadora- UA

Figura I .Organograma Atual da Sureg RR

Organograma Atual



1.1.4. Estrutura de Governança Corporativa

O Item 1.1.4 do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24 de novembro de 2010, sobre a Estrutura de Governança Corporativa estará contido no relatório geral da Matriz Conab.

1.1.5. Principais Responsáveis

O Rol de Responsáveis é um módulo do sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, implantado com a finalidade de Registrar os agentes responsáveis por atos de Gestão.

Para efeito de responsabilização nos processos de tomadas e prestação de contas, os agentes que exercem algumas das atividades (naturezas de responsabilidades) elencadas na IN TCU, e em outras naturezas criadas para melhor identificar os agentes direta ou indiretamente que praticam atos de gestão, devem ter seus nomes registrados pelas unidades nesse módulo do Siafi.

Quadro II – Rol de responsáveis pela Gestão da Sureg RR

NOME	FUNÇÃO	NOMEAÇÃO
IRISELI BUARQUE ONOFRE	Superintendente	05/05/09
ROBSOM MARQUES DOS SANTOS	Gerente de Finanças e Administração	08/06/09
FABIO CECCATO MAGALHÃES	Gerente de Operações e de Suporte Estratégico	08/06/09
EDEM CARREIRO LEITE	Gerente de Finanças e Administração (Substituto)	18/10/10

1.2 . Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 . Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

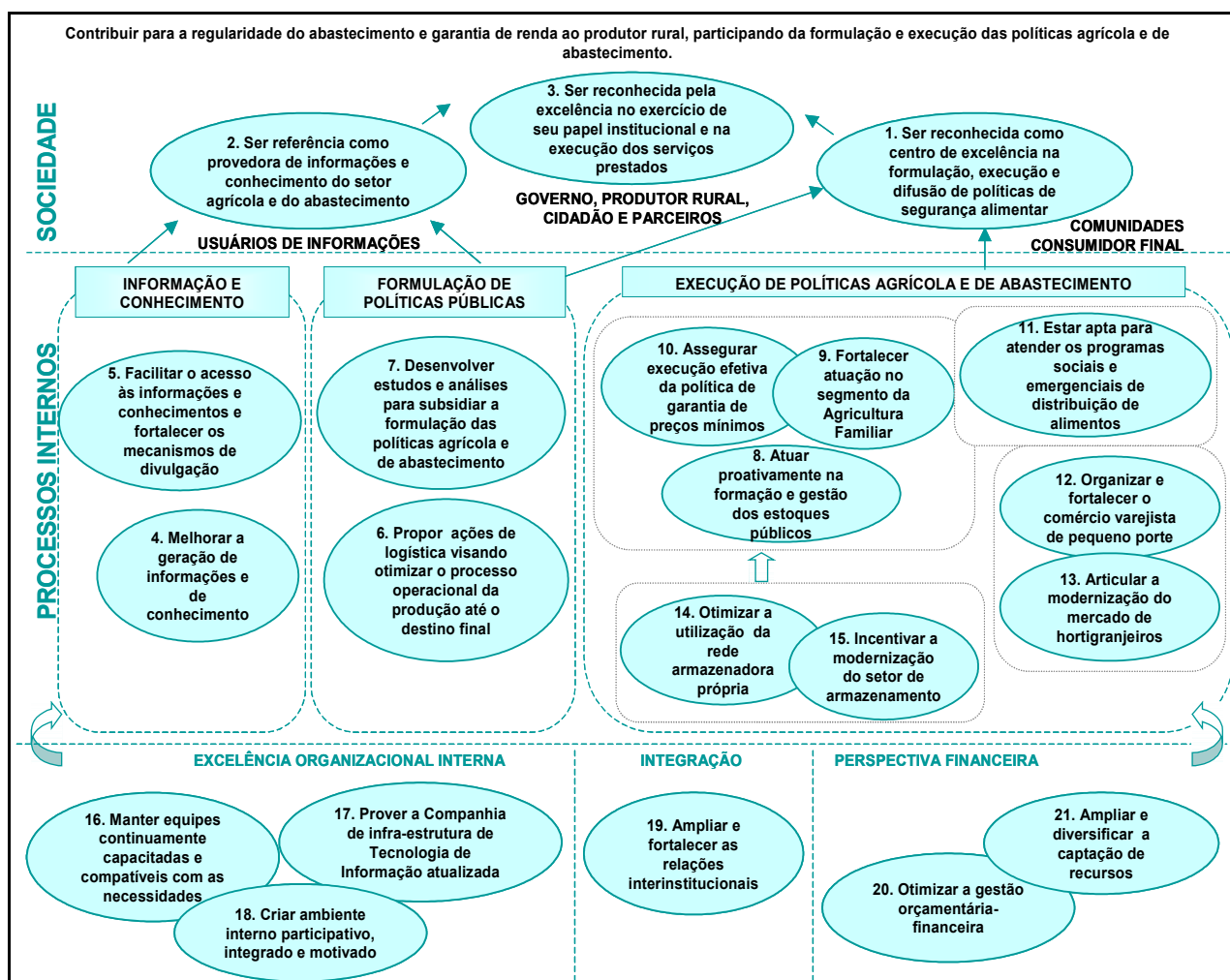
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência

organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as

iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 . Breve Análise dos Principais Macroprocessos

1.2.2.1 . Macroprocesso de Sustentação da Renda

Os mapeamentos dos macro-processos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Tratou-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados viessem a suportar a estratégia estabelecida no Planejamento Estratégico, com a classificação do grau de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

Segundo a mesma linha do Planejamento Estratégico, a concepção, o acompanhamento e controle ficam a cargo da Matriz da Conab, cabendo as Superintendências Regionais a execução dos macroprocessos.

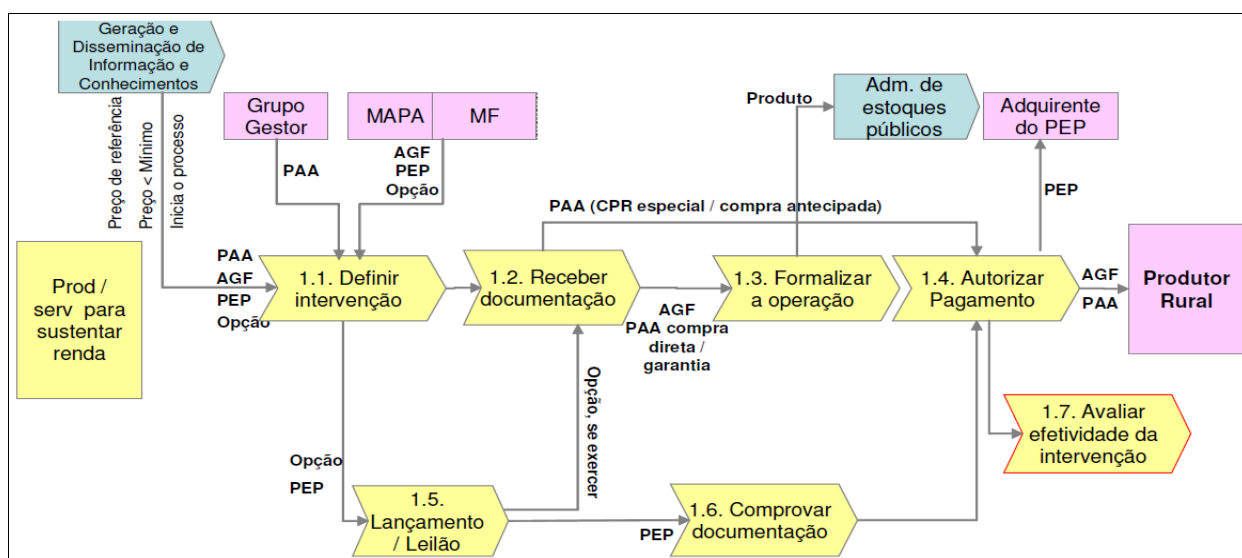
Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela

identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

1.2.2.2 . Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

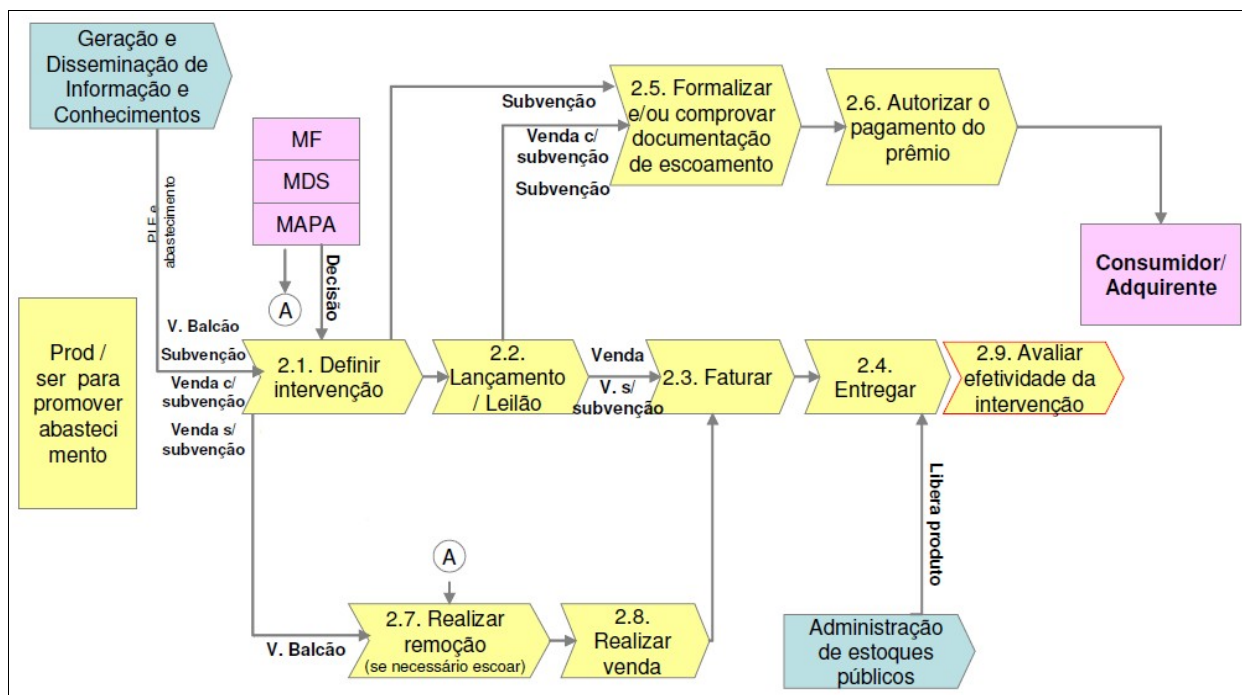
Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas

de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



onte: Conab

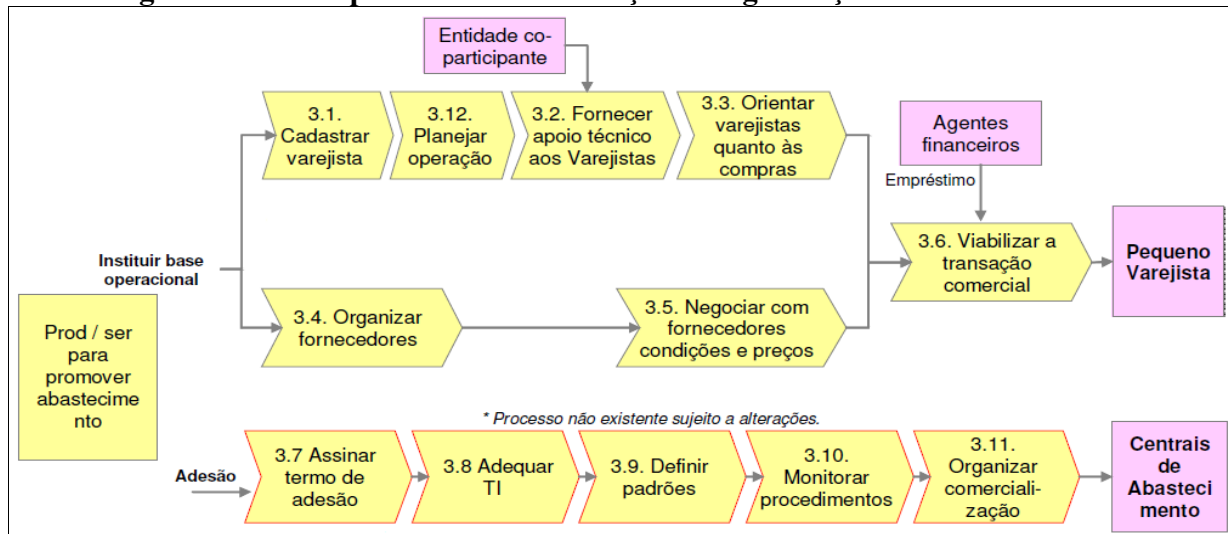
1.2.2.3 . Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

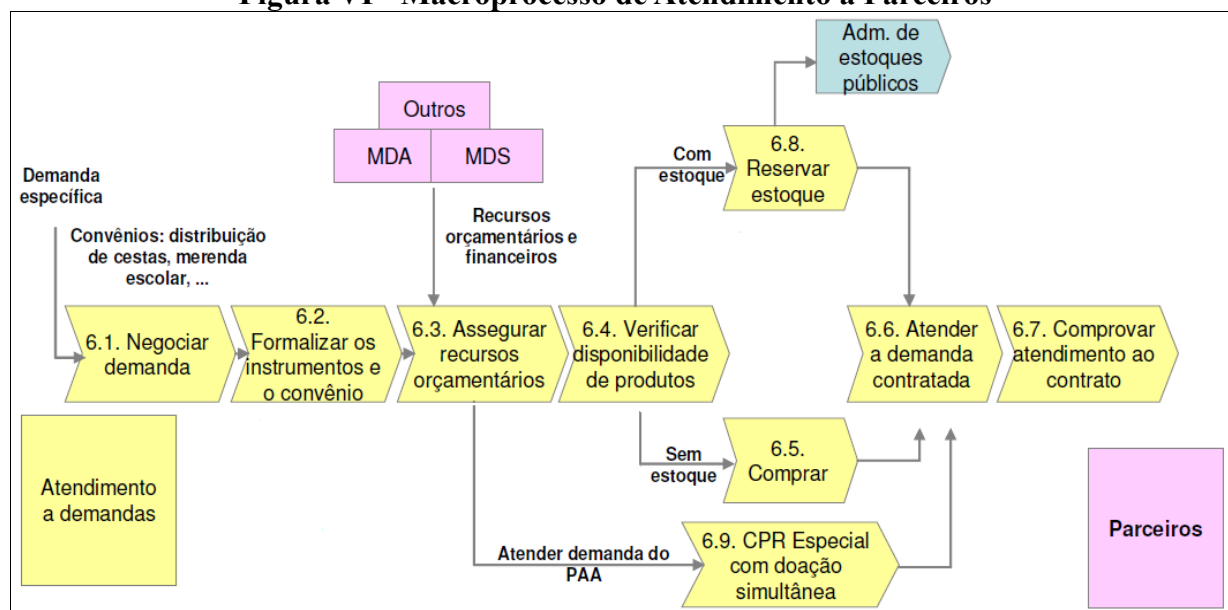
1.2.2.4 . Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

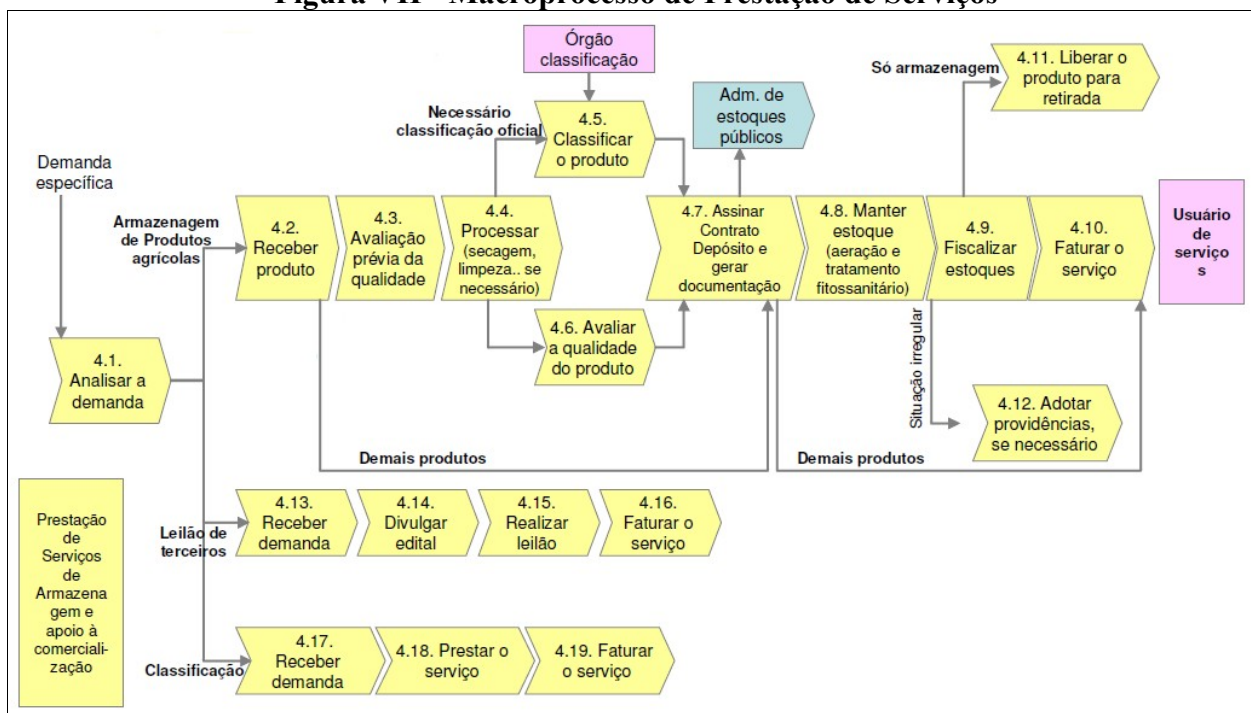
1.2.2.5 . Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

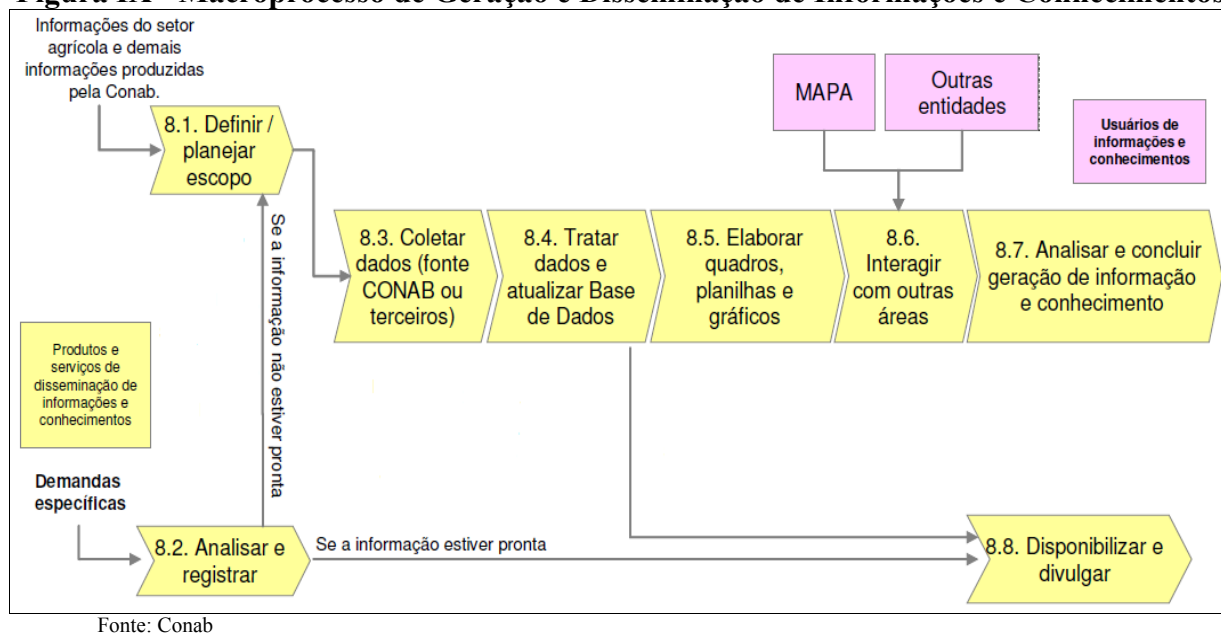


Fonte: Conab

1.2.2.6 . Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

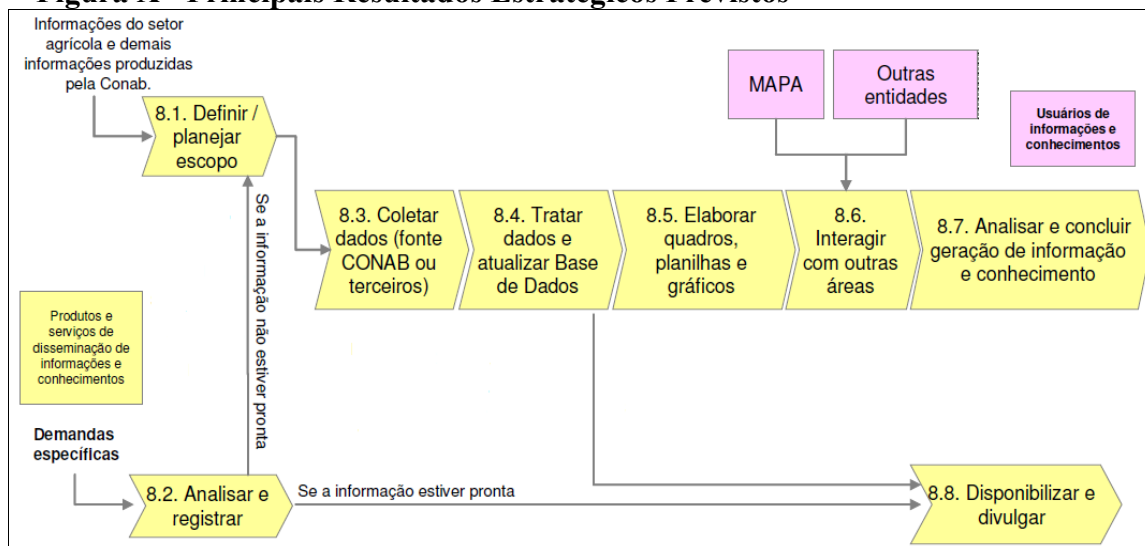
É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



1.2.3 .Principais Resultados Estratégicos Previstos

Figura X - Principais Resultados Estratégicos Previstos



O Item 1.2.3 Principais resultados estratégicos previstos, no Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24 de novembro de 2010, não está em execução e disponível para a Superintendência Regional da Conab de Roraima.

2 . Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 . Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Sureg RR como Unidade Descentralizada subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente as respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição tem as seguintes competências regimentais:

- representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, disposições legais e os atos normativos em vigor;
- coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

Para desempenhar melhor suas atividades quanto aos controles internos, a Conab Matriz conta no seu organograma com uma Gerência de Riscos – GERIS. Esta avalia os riscos inerentes as atividades desenvolvidas na empresa. As Superintendências Regionais não contam com uma Gerência de Riscos em seus organogramas.

O Planejamento Estratégico da Empresa encontra-se no momento parado, por isso a Conab não está realizando seu planejamento de gestão para os próximos exercícios.

2.2 . Análise sobre o Ambiente de Negócios

A SUREG Roraima com 3 anos de criação tem buscado na relação empresa clientes e colaboradores garantir a realização de negócios de acordo com as normas internas e em cumprimento as políticas, considerando o ambiente de negócios. A de se considerar que o aumento da demanda externa leva a Sureg RR estar regularizando seus estoques e mantendo produtos com preços justos, competitivos e de qualidade.

Quanto aos clientes, a relação junto a Sureg RR é de parceria e busca de produtos com qualidade e preço que contribua para redução no custo da produção, podendo assim os produtores locais de suínos, peixes, aves, etc, estabelecerem-se no mercado e os consumidores adquirirem produtos com preço acessível e de qualidade.

3 .Sustentação de Renda

3.1. Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa

continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de

mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 . Intervenções Governamentais

A produção agrícola é insuficiente para o abastecimento interno, portanto não há espaço e demanda para intervenções governamentais.

No Estado de Roraima a agricultura é a principal atividade econômica, apesar do nível de desenvolvimento ser ainda bastante reduzido, predominando a agricultura de baixa produtividade, voltada para a subsistência. Destacam-se as culturas de arroz, milho e soja.

De maior importância na atividade, o cultivo da arroz, vem gradativamente conquistando mais espaço e utilizando técnicas agrícolas mais modernas, com certo grau de mecanização, tornando-se o principal produto agrícola.

3.2.1. Formação de Estoques Públicos

A Sureg de Roraima no exercício de 2011, participou de 0,09 % da dotação geral da Conab e 0,11% da Execução Orçamentária final. De acordo com o quadro demonstrativo o percentual da execução é caracterizado pela Garantia de Produtos Armazenados, embalagens, IMCS, transporte, encomendas, carretos e fretes.

Quadro III - Detalhamento da natureza e despesa da Formação de Estoque Público

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-RR	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	5.900,00	0,44
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	143.932,96	2,69
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	79.989,93	0,17
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	771.572,96	1,44
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	1.001.395,85	0,11

3.2.2 . Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade CPR-Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a CPR-Estoques e para a compra direta.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em

situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$533.940.262,00, conforme descrito a seguir.

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por

industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

Quanto aos itens, 3.2.3 - Aquisição do Governo Federal-AGF; 3.3.4 - Contrato Público de Opção de Venda; 3.2.5 - Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção; 3.2.6 - Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP e, 3.2.7 - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO, contidos no Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24 de novembro de 2010, não foram operacionalizados pela Sureg Conab RR no ano de 2011, por não haver demanda.

4 . Promoção do Abastecimento

4.1. Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão, respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um

suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

Em 2011, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas na Unidade Armazenadora de Boa Vista, totalizaram 6.396.750,500 kgs de milho em grãos, em 1.600 atendimentos.

O parágrafo acima substituí o item 4.2 do Anexo II da DN TCU, nº 108.

5 . Prestação de Serviços

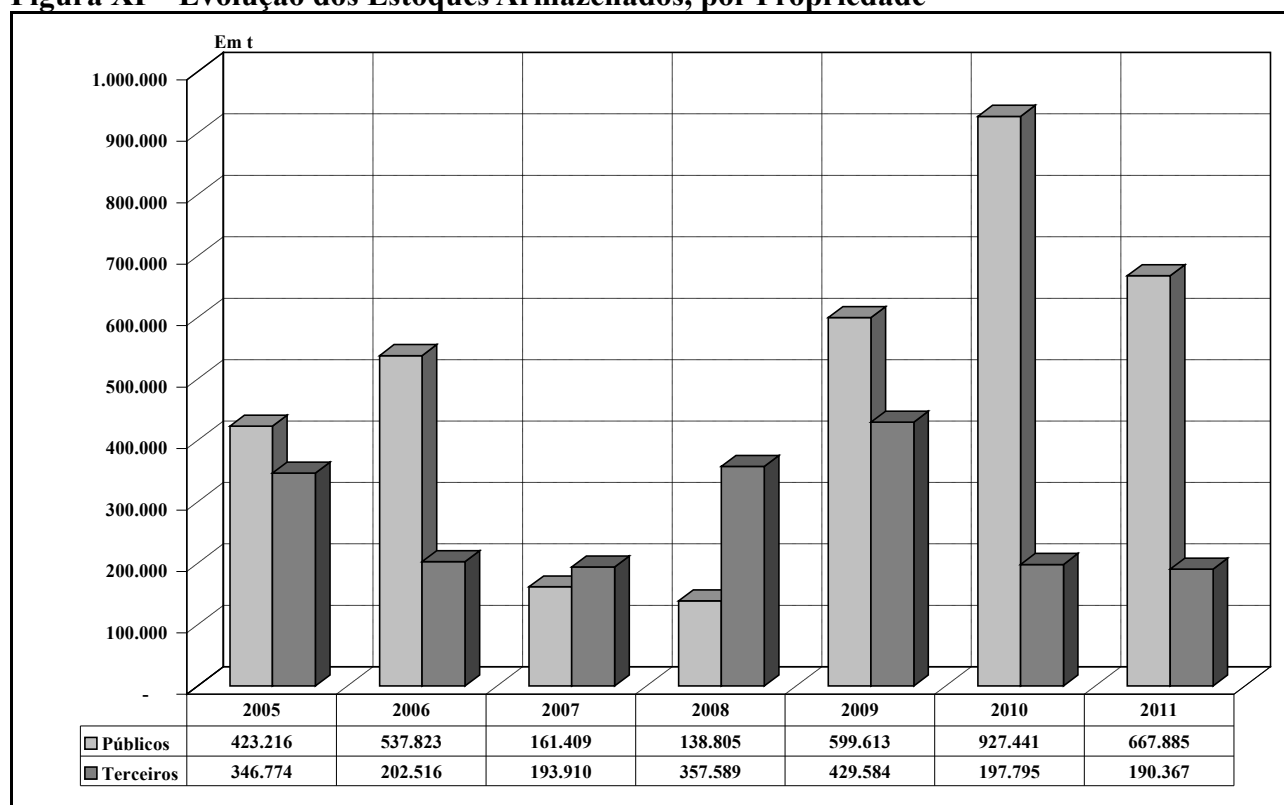
O atual item 5 deste Relatório, corresponde ao item 6 do Anexo II DN TCU Nº 108. O item 5 e seus subitens do Anexo II DN TCU nº 108, são mencionados na apresentação.

5.1. Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XI – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

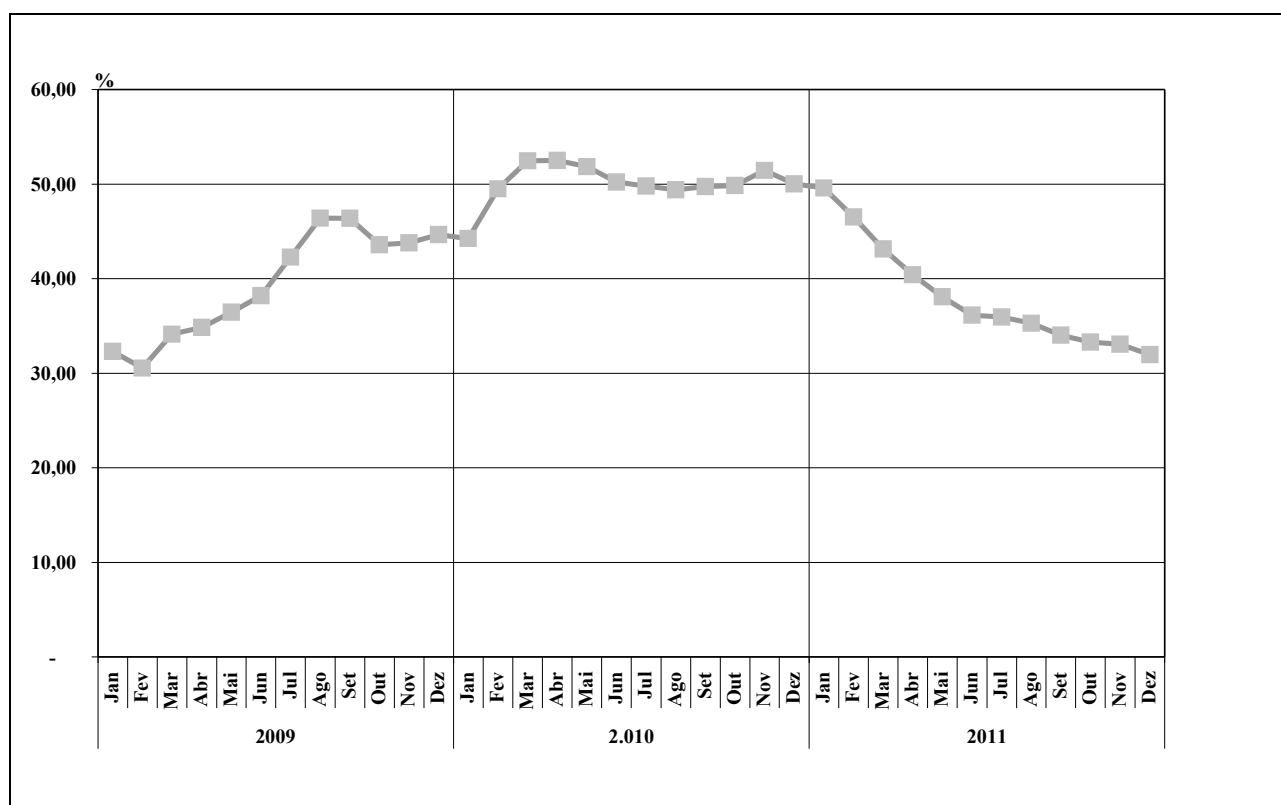
5.2 . Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Sub órgão 2231- Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque foi de R\$ 3.684.529,07., cujas despesas operacionais totalizaram R\$ 1.951.915,31; despesa de pessoal R\$ 1.383.644,35; despesas comerciais e administrativas R\$ 568.270,96; despesas operacionais diversas R\$ 1.783. 658,50; resultado não operacional R\$ 9.130,00, apurados no final do exercício.

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

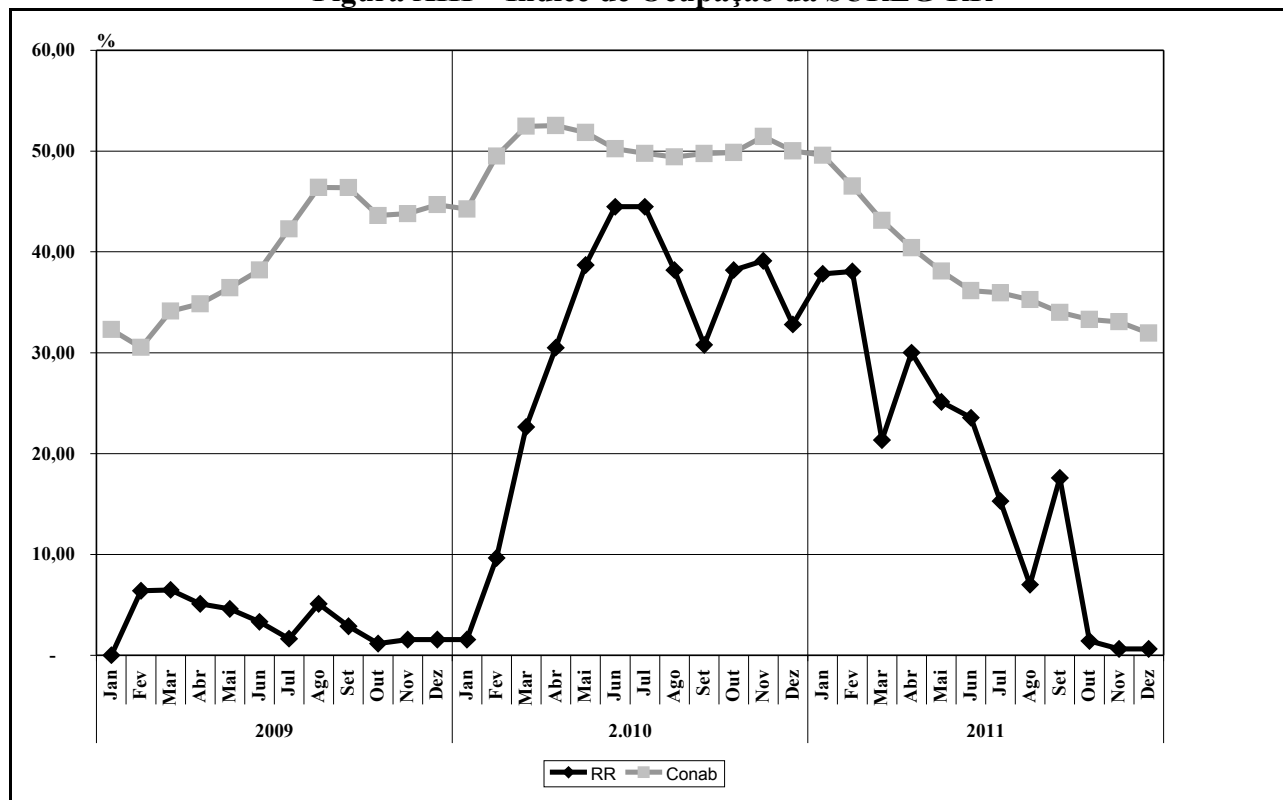
Figura XII – Evolução do Índice de Ocupação da Conab Nacional



Fonte: Suarm/Gearm

O gráfico a seguir demonstra a participação da Sureg-RR no índice de ocupação no serviço de armazenagem durante o exercício de 2011.

Figura XIII – Índice de Ocupação da SUREG-RR



6 . Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

O atual item 6 e seus subitens deste Relatório, corresponde ao item 7 do Anexo II DN TCU Nº 108.

6.1. Rede Armazenadora

6.1.1. Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria de Roraima é composta por 4 armazéns. A capacidade estática total é de 9.225 toneladas, com predominância da modalidade convencional conforme quadro abaixo. A Conab matriz tem 97 Unidades Armazenadoras, com 176 Armazéns no total. A capacidade de estocagem é de 981.177 ton. Na modalidade convencional e 1.265.082 a granel, enquanto a frigorificada é de 21.500 ton. A capacidade total da rede geral é de 2.267.759 ton.

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas

e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$ 63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$ 49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 na Sureg Roraima foram investidos recursos na ordem de R\$ 16.804,54 em despesas de capital em investimentos na rede armazenadora própria conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IV – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Totais		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
RR	Boa Vista	0,00	16.804,54	0,00	0,00	0,00	16.804,54	16.804,54
	Subtotal	0,00	Erro:509	0,00	0,00	0,00	Erro:509	Erro:509

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades.

Fonte: Suarm/Gearm

6.1.2. Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício de 2011, os estoques públicos depositados na Unidade Armazenadora própria na Sureg RR foi de acordo com o demonstrativo abaixo.

Quadro V – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
RR	41.874	22.410,13	66.222	102.630,99
Total	41.874	22.410,13	66.222	102.630,99

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gear

6.2 . Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas

cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

6.2.1. Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro VI – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques Conab Matriz

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do

padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

6.2.2 .Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

O subitem que trata do Descredenciamento de Armazéns, que está inserido no item 6.2 do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24 de novembro de 2010, bem como, o subitem Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos não foram respondidos por não haver ocorrência no período na Sureg Roraima.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 16 irregularidades nos armazéns vistoriados na Sureg Conab Roraima, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro VII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades na Unidade Armazenadora na Sureg Roraima

LEVANTAMENTO DAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM 2011

ESTADO: RORAIMA

IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
PILHAS BLOCOS SEM IDENTIFICAÇÃO				1						1
GOTEIRAS				1					1	2
AVARIAS NO TETO/PISO/PAREDES				1						1
EMPOÇAMENTO DE ÁGUA NO PÁTIO				1					1	2
BALANÇA RODOVIÁRIA COM AF. VENCIDA									1	1
DETERMINADOR DE UMIDADE AF. VENCIDA									1	1
ESCADA DE ACESSO AOS BLOCOS MAS COND									1	1
PORTA DO ARMAZÉM EM MAS CONDIÇÕES									1	1
RACHADURA NO PISO									1	1
FALTA TELA CONTRA PÁSSAROS									1	1
ESTRADOS INADEQUADOS									1	1
IDENTIFICAÇÃO PILHAS MAL FEITA									1	1

FALTA MAPEAMENTO		1	1
HIGIENIZAÇÃO		1	1
TOTAL	4	#	16

6.3 . Atividade de Movimentação de Estoques

Para a manutenção do fluxo de vendas, a Sureg-RR solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho em grãos, em duas etapas, para comercialização em 2011. As remoções foram contratadas a partir de estoques públicos disponíveis no Estado do Mato Grosso, com abertura de R\$ 1.588.820,00 e fechamento de R\$ 1.384.883,00, sendo que, foram removidas 2.523.840 kg.

fonte-Suarm/Gemov).

Em Roraima, o governo estadual implantou programas de incentivo à avicultura (Programa Frango Caipira), à ovinocultura (Programa de Enfrentamento da Fome na Agricultura Familiar) e mais recentemente um programa de desenvolvimento da piscicultura, todos altamente dependentes de rações à base de milho. Em 2011 o número de clientes cadastrados no Programa Vendas em Balcão atingiu 750 produtores, um incremento de aproximadamente 200% em relação aos existentes em 2010 e 2009. A comercialização de milho pela Conab, além de reduzir a ação de intermediários, tem garantido a manutenção da atividade de pequenos criadores, contribuindo para a manutenção de emprego no campo e a redução do êxodo rural. Para a manutenção do fluxo de vendas a Sureg-RR solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho em grãos, em duas etapas, para comercialização em 2011. As remoções foram contratadas a partir de estoques públicos disponíveis no Estado do Mato Grosso.

6.3.1 . Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi removido do Estado do Amazonas para a Sureg Roraima, 77.566 toneladas de alimentos produtos vinculados aos programas Estoque Estratégico e PAA, para a formação de cestas destinadas as famílias assentadas pelo Incra.

6.4 . Principais indicadores de desempenho

A Sureg RR em seu desempenho adquiriu equipamentos para modernização e certificação da Unidades Armazenadora no total de R\$ 16.804,54 da Despesa de Capital. , conforme quadro abaixo.

Quadro VIII– Detalhamento da Aquisição de obras/ serviços/ Equipamentos

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado	
			Corrente	Capital	Corrente	Capital
RR	Boa Vista	Aquisição de 1 engenho de prova de arroz	0,00	11.785,71	0,00	0,00
		Aquisição de 2 caladores para sacaria	0,00	99,64	0,00	0,00
		Aquisição de 1 calador e 1 balança eletrônica	0,00	1.316,29	0,00	0,00
		Aquisição de diversos equipamentos	0,00	3.602,90	0,00	0,00
Total			0,00	16.804,54	0,00	0,00

7. Geração e Difusão de Informações

O atual item 7 e seus subitens deste Relatório, corresponde ao item 10 do Anexo II DN TCU N° 108.

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	16,5	20,0	21,2	3,5	87,1	107,1	23,0	20,0
Aveia								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	6,5	6,5	0,0	0,0	12,8	13,0	1,6	0,2
Milho 1ª safra	6,5	6,5	0,0	0,0	12,8	13,0	1,6	0,2
Milho 2ª safra								
Soja	1,4	3,7	164,3	2,3	3,9	10,4	166,7	6,5
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RR	27,4	33,2	21,2	5,8	105,8	132,5	25,2	26,7

Quadro IX – Detalhamento levantamento Safra 2010/ 2011

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	20,0	20,0	0,0	0,0	107,1	107,1	0,0	0,0
Aveia								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	6,5	6,5	0,0	0,0	13,0	13,0	0,0	0,0
Milho 1ª safra	6,5	6,5	0,0	0,0	13,0	13,0	0,0	0,0
Milho 2ª safra								
Soja	3,7	3,7	0,0	0,0	10,4	10,4	0,0	0,0
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RR	33,2	33,2	0,0	0,0	132,5	132,5	0,0	0,0

7.1 . Levantamento de Safras

A produção de grãos no Estado de Roraima está em taxas crescente, como podemos observar no quadro a baixo. Observa-se que o arroz muito utilizado na culinária regional teve aumento de 23%, enquanto o milho oscilou na faixa de 1,6 pontos percentuais. O destaque fica por conta da soja, que no período teve aumento de 166%. Para o ano de 2012 as previsões apontam crescimento na safra de grãos, como pode ser observado nos quadros avaliativos a seguir.

8 . Gestão de Pessoas

O atual item 8 e seus subitens deste Relatório, corresponde ao item 11 e seus subitens do Anexo II DN TCU N° 108.

8.1 . Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Sureg para suprir sua necessidade ofertou diversos cargos para atrair empregados de outras regionais nos exercícios de 2009 a 2011

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando 13 empregados para a Sureg de Roraima. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados remanejamentos de mão de obra entre as áreas da Matriz e Sureg's.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia.

8.2 . Sistema de Comunicação

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior

frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

8.3 .Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Sureg RR, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica pela Matriz, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Superintendência.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

8.4 .Ações de Capacitação

A capacitação dos empregados, no âmbito da Sureg é desenvolvida como uma atividade de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab Matriz vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

1. A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas na Sureg é competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas são propostos a matriz, sempre voltadas ao desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para aturem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de

práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% das mensalidades.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011, por área de conhecimento na Sureg RR.

Quadro X – Detalhamento dos cursos por área de conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	1	40	40
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	8	2,5
Financeira	1	466	466
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	1	16	16
Planejamento	7	240	34,29
Qualidade	0	0	-
Total	13	770	59,19

Em 2011 foram treinados 13 empregados da Sureg RR, sendo: 1 na área administrativa; 3 em Educação e Desenvolvimento; 1 na área financeira; 1 na área operacional e 7 na área de planejamento.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XI – Indicadores de Capacitação

Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1. Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2. Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Inferese que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em toeno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

8.5 . Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da

Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício de 2011, a Sureg RR estava com 17 empregados em atividade conforme quadro a seguir.

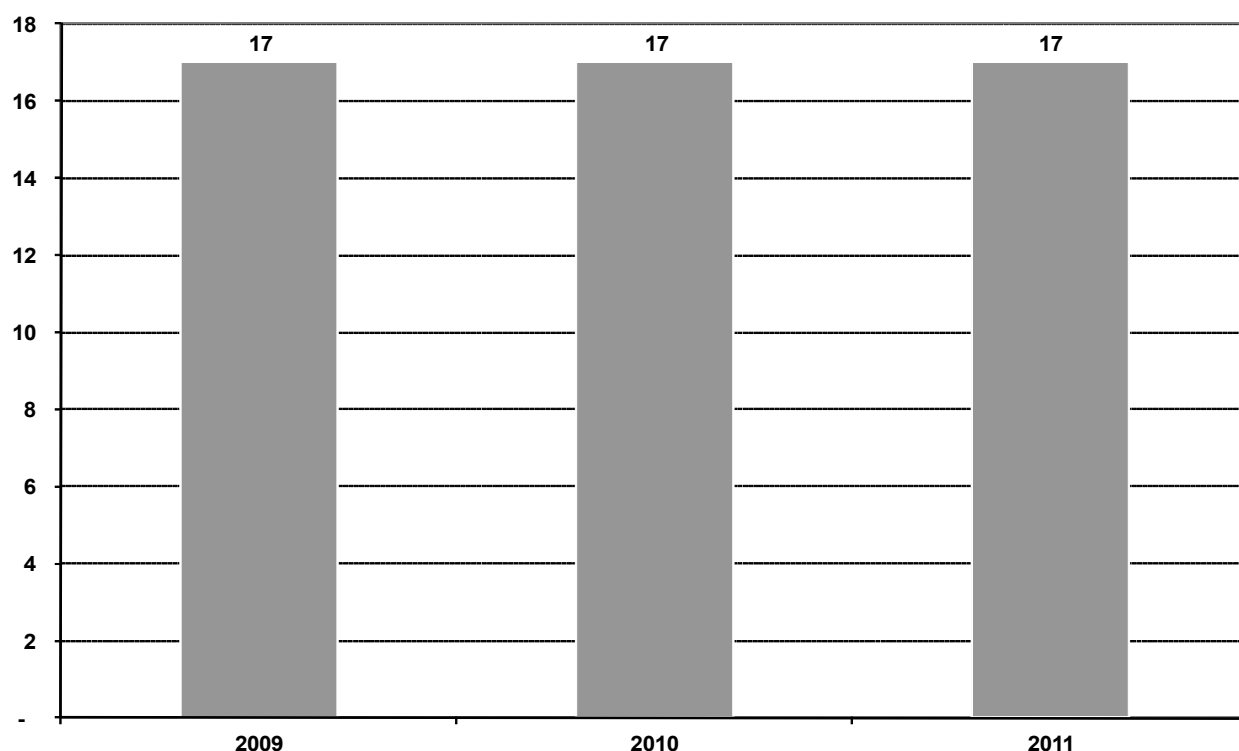
Quadro XII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Quadro. A.5.1 -TCU-123

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	RR		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	16	17	1
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	1	0	-
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	17	17	-

A figura a seguir mostra uma evolução estática no quadro funcional da Sureg Conab RR, permanecendo em 17 ativos, não acompanhando por tanto, o crescimento nacional que foi na ordem de 63,99%.

Figura XIV – Evolução do Número de Empregados



Do quadro de empregados, 4 apresentam situação contrato padrão, enquanto 13 apresentam readmissão pela lei de anistia.

Quadro XIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011

Quadro A.5.2 - TCU-123

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg RR		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	4	4	-
Reintegrado (Transitado)	0	0	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	0	0	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	13	13	-
Total	17	17	-

O número de empregados com contrato padrão enquadrados nas funções de nível superior são 3 e 1 de nível médio. Em quanto os anistiados são, 13 auxiliares de nível médio.

Quadro XIV – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções gratificadas da UJ

Quadro A.5.3

Tipologia dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingresso no exercício	Egresso no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargos e em funções (1+2)	10	0	0	0

Quadro XV – Demonstrativo de Empregados da UJ por faixa etária - Quadro A.5.4

Tipologia do cargo	Quantidade de serviços por faixa Etária				Acima de 60 anos
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 40 a 50 anos	De 51 a 60 anos	
1. Provimento de cargo efetivo	1	4	11	2	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de carreira	0	0	0	0	0
1.3 Servidores em contrato temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargos em comissão	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de natureza e assessoramento Superior	0	0	0	0	
2.2 Grupo direção e assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	1	3	0	1	1
Total	2	3	11	3	2

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

Quadro XVI – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

QUADRO – A.5.5 -TCU 123

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	2	0	5	1	1	0	0	0	9
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			2		5	1	1				9
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença											0
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	5	3	0	0	0	0	8
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					5	3					8
3. Total	0	0	2	0	10	4	1	0	0	0	17

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 5 empregados com gratificação de confiança com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, 10 empregado com segundo grau ou técnico; 2 empregados com alfabetizado sem cursos regulares evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidades para a regularização da situação funcional desses empregados.

8.5.1 . Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreu 01 transferência para ocupação de funções de confiança vinda da Regional do Parará. Em quanto, a Sureg RR transferiu um empregado para Matriz.

Quadro XVII – Demonstrativo das Admissões, Demissões e Transferências
Quadro A.5.6

Admissões		0
Demissões		0
Transferências	Recebidas	1
	Enviadas	1
Transferências	Internas	0

8.5.2 . Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

8.5.3 . Recomposição do Quadro de Pessoal

Como já manifestado não está previsto a realização de concurso público para provimento de vagas na Sureg RR, para o ano de 2012. Por outro lado observamos que o quadro de pessoal da Sureg RR encontra-se estável, frente a demanda externa e a faixa etária funcional se faz necessário a realização de concurso ou transferências de empregados para suprir as necessidades ideais do quadro.

8.5.4 .Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Sureg contava com 2 estagiários de nível superior com custo anual de R\$ 18.431,19,(salário e auxílio transporte)

Quadro XVIII– Composição do quadro de estagiário - Quadro A.5.8 - TCU

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior					2	2	18.431,19
Área Fim							
Área Meio		2					
Nível Médio							
Área Fim							
Área Meio							
Total		2	0	0	2	2	18.431,19

8.5.5 .Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg Roraima foi de R\$ 1.064.586,00, na despesa total da Conab que foi de R\$ 411.854.346,20, um crescimento de 2,64% sobre o valor de 2010.

Quadro XIX - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Quadro A.5.9 - TCU

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	436.233,54	996.640,99	1.064.586,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	307.260,26	701.185,98	750.817,05
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	128.981,19	347.862,74	335.071,37
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	9.000,00	0	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	68.119,20	183.254,05	258.745,41
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	6.223,97	17.267,71	18.761,21
331901143 13 SALARIO	23.980,67	60.809,91	67.811,84
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	5.509,35	20.647,89	20.753,48
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	5.997,54	19.657,81	17.941,34
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	13.972,10	27.147,14	24.597,94
331901147 LICENCA-PREMIO		17.689,69	5.778,31
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	1.928,73	2.171,34	1.103,45
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	-1.686,95	-2.171,34	-1.103,45
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	44.080,26	65.049,60	71.377,00
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-47.704,12	-65.049,60	-71.377,00
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	74.103,59	94.904,35	92.995,34
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-28.414,28	-70.938,37	-97.950,95
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	21.988,38	42.565,13	58.342,59
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-18.819,37	-59.682,07	-52.030,83
OBRIGACOES PATRONAIS	118.892,72	256.816,27	274.024,57
331901301 F.G.T.S.	25.890,75	53.172,54	59.298,44
331901302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS		0	
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	3.556,02	16.591,05	18.530,67
331901315 MULTAS	457,17	0	
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	40.328,59	57.363,85	61.052,15
331911314 MULTAS INDEDUTÍVEIS		1.039,02	
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-25.460,05	-47.260,17	-62.892,66
331901302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS			0
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	71.331,40	158.523,87	173.207,43
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	1.422,38	17.386,11	24.828,54
331911315 MULTAS DEDUTÍVEIS	1.366,46		
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.080,56	38.638,74	39.744,38
331901632 SUBSTITUICOES	1.608,56	6.588,52	3.372,15
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS		974,12	1,93
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	5.672,00	19.652,00	21.463,00
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL		3.718,50	3.718,50
333900855 AUXILIO CRECHE	2.800,00	7.705,60	11.188,80
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	0	0	0

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DR

8.5.6 .Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada os contratos existentes na Sureg RR, de mão de obra terceirizada e suas vigências.

Quadro XX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensivo

Quadro A.5.12

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	V	O	051/2008	04.559.666/0001-35	18/07/10	31/03/12	-	10	-	11	-	1	A	-	22
2010	L	O	047/2010	04.944.460/0001-29	13/10/10	12/10/12	-	32	-	29	-	-	A	-	61
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

9 . Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

O atual item 9 e seus subitens deste Relatório, corresponde ao item 12 e seus subitens do Anexo II DN TCU N° 108.

9.1 Execução Orçamentária

Quadro XXI - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação - Valores em R\$ 1,00

Quadro A.2.11- Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.187.436,91	2.108.487,95	3.187.436,91	2.108.487,95
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	900.024,62	1.720.085,21	900.024,62	1.720.085,21
Inexigibilidade	0,00	6.990,06	0,00	6.990,06
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.905,15	8.845,57	8.905,15	8.845,57
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	403.231,88	0,00	403.231,88	0,00
Diárias	37.114,00	28.064,66	37.114,00	28.064,66
Não se Aplica	465.254,88	155.074,16	465.254,88	155.074,16

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$19.751.162,70. Destacam-se as despesas referentes a formação e manutenção dos estoques públicos, principalmente os adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Neste Programa as aquisições de produtos agropecuários são realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios.

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a movimentação é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/ financeiras quando da realização das diversas ações.

No quadro abaixo observamos como se desenvolveu a movimentação orçamentária no exercício de 2011 na Sureg-RR.

Quadro XXII - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS

Quadro A.2.7

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135436	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-1.465,71	-1.465,71
		135100	135557	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	16.804,54	0,00	16.804,54
		135100	135587	20.122.0352.2272.0001	463.679,15	0,00	0,00	0,00	463.679,15
		135100	135587	20.122.0352.2272.0001	0,00	256.145,64	1.000,00	0,00	257.145,64
		135100	135587	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.133,57	0,00	0,00	7.133,57
		135100	135587	20.301.0352.2004.0001	0,00	4.989,62	0,00	0,00	4.989,62
		135100	135587	20.301.0352.20CW.0001	0,00	4.600,44	0,00	0,00	4.600,44
		135100	135587	20.3060.352.2012.0001	0,00	99.720,65	0,00	0,00	99.720,65
		135100	135587	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.056.642,44	2.056.642,44
		135100	135587	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.171,60	0,00	0,00	3.171,60
		135347	135570	08.244.1049.2792.0001	0,00	-110,88	0,00	0,00	-110,88
		135347	135587	08.244.1049.2792.0001	0,00	23.036,19	0,00	0,00	23.036,19
		135347	135587	08.605.1049.2802.0001	0,00	36.155,12	0,00	0,00	36.155,12
		135347	135587	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	209.000,00	209.000,00
		135347	135587	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.720.106,00	0,00	0,00	1.720.106,00
		135348	135587	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.900,00	5.900,00
	Enviado	135436	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	18.244,29	18.244,29
		135554	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
		135557	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	142,12	0,00	0,00	142,12
		135587	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	196.562,50	0,00	0,00	196.562,50
		135587	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	13.140,33	0,00	0,00	13.140,33
		135587	135100	20.122.0352.2272.0001	30.083,86	0,00	0,00	0,00	30.083,86
		135587	135100	20.122.0352.2272.0001	5.015,18	100,00	0,00	0,00	5.115,18
		135587	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	425,17	425,17
		135587	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	17.949,98	0,00	0,00	17.949,98
		135587	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	154.702,04	154.702,04

Fonte: Siafi

9.1.1 . Análise da Execução Orçamentária

Valores em R\$

QUADRO XXIII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – QUADRO A.2.12

1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	403.231,88	433.592,29	403.231,88	433.595,29	0,00	0,00	364.587,22	396.369,58
Vencimentos e vantagens fixas	61.047,17	67.806,25	61.047,17	67.806,25	0,00	0,00	56.114,97	61.318,69
Obrigações patrimoniais	342.184,71	365.789,04	342.184,71	365.789,09	0,00	0,00	308.472,25	335.050,89
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	1.572.142,40	1.931.087,82	1.440.737,56	1.636.409,60	131.404,84	294.678,22	1.390.994,79	1.577.665,55
Diárias	37.114,00	28.064,66	37.114,00	28.064,66	0,00	0,00	37.114,00	28.064,66
Material de Consumo	51.722,94	0,00	0,00	0,00	278,60	0,00	51.427,24	0,00
Material de Distribuição Gratuita	1.093.325,00	1.514.543,50	989.325,00	1.222.043,50	104.000,00	292.500,00	943.032,49	1.171.854,15
Passagens e Despesas com Locomoção	12.513,91	7.276,17	12.513,91	7.276,17	0,00	0,00	12.513,91	7.276,17
Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	160,00	0,00	160,00	0,00	0,00	0,00	160,00	0,00
Locomoção de Mão-de-Obra	119.915,10	77.658,84	95.932,08	77.658,84	23.983,02	0,00	94.173,32	77.313,69
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	250.816,49	291.829,97	247.693,27	289.651,75	3.123,22	2.178,22	246018,87	281.442,20
Obrigações Tributárias e Contributivas – Op. Intra-Orçamentárias	6.574,96	11.714,68	6.554,96	11.714,68	20,00	0,00	6.554,96	11.714,68
Indenização e Restrições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Supor/Geare

QUADRO XXIV - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – QUADRO A.2.13

Valores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	12.280,00	17.704,54	3.150,00	16.804,54	9.130,00	900,00	3.150,00	16.804,54
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	12.280,00	17.704,54	3.150,00	16.804,54	9.130,00	900,00	3.150,00	16.804,54
5 - Inversões Financeiras	3.014.313,16	2.078.755,25	1.913.076,58	1.192.445,87	1.101.236,58	886.309,38	1.913.076,58	1.192.445,87
Aquisição de Produtos para Revenda	3.014.313,16	2.078.755,25	1.913.076,58	1.192.445,87	1.101.236,58	886.309,38	1.913.076,58	1.192.445,87
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.001.967,44	4.461.142,90	3.760.196,02	3.279.255,30	1.241.771,42	1.181.887,60	3.671.808,59	3.183.285,54

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentaria/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentarias.

Os valores do grupo 1- despesas de pessoal, não reflete as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a folha é centralizada na matriz.

No grupo 3 - Outras despesas correntes estão relacionadas as despesa com o custeio da companhia, com aquisição de produtos, doação gratuita, manutenção de bens, moveis e imoveis, vigilância e serviços de limpeza assistência médica.

O grupo 4 - investimentos refere-se a melhoria nos imoveis, reforma de rede compra de equipamentos de informática.

No grupo 5- estão as despesas referentes a aquisição de produtos agrícolas, á manutenção dos estoques públicos, a remoção de produtos, incluindo também as despesas com formação de adquiridos pelo PAA e PAA, neste caso com recursos do MDA, Em relação as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 31.04% caindo de R\$ 3.014.313,16 para R\$ 2.078.755,25. Em 2011 as despesas liquidadas com pagamento de frete de milho foi de R\$ 771.050,02, com a participação de 64.71 das despesas totais neste grupo.

9.1.2 . Execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ

A Conab Nacional tem no seu orçamento metas bem definidas. O seu planejamento de execução física e financeira tem metas previstas, realizadas e metas para o exercício seguinte para diversas ações. O desenvolvimento dessas metas e o seu acompanhamento é feito pela Conab Matriz, ficando a cargo das UJ's apenas a execução.

No quadro abaixo podemos observar que a Sureg/RR, realizou suas metas previstas e em determinados casos as superou, como por exemplo, pessoa beneficiada que era de 55 e na meta materializada foram 59. Outro destaque é quanto servidor beneficiado que eram previstos 16 e foram beneficiados 17. Quanto a meta capacitação observamos o oposto, visto que, a previsão era de 15 e só foram capacitadas 13 pessoas. Destacamos ainda, a realização de fiscalização, para qual a meta previstas era de 12, e foram realizadas 23 fiscalizações.

Quadro XXV – Detalhamento da Execução física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	55	59	55	5.000,00	4.989,62
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	15	-	15	4.700,00	4.600,44
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	16	17	17	100.000,00	99.720,65
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	13	13	14	-	-
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	15	13	13	36.000,00	7.133,57
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	12	23	12	-	-
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	2.000.000,00	1.001.395,85
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	685.000,00	682.405,41
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	4.000,00	3.171,60
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	1	1	1	28.865,96	16.804,54
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	-	-	-	-	-
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	-	-	-	-	-
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	-	-	-	-	-

Fonte: Supor/Gear

A seguir detalharemos a execução das principais ações dos programas realizados pela Sureg RR, bem como os principais indicadores de desempenho dessas ações. Observamos que todos os indicadores de desempenho constantes do Relatório de Gestão são repassados pela Matriz.

9.1.2.1 . (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Quadro XXVI – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	5.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	5.000,00	0,02
Execução Orçamentária	24.534.231,29	4.989,62	0,02
Índice	99,71	99,79	-
Meta Física	14.849	55	0,37
Execução Física	14.880	59	0,40
Índice	100,21	107,27	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

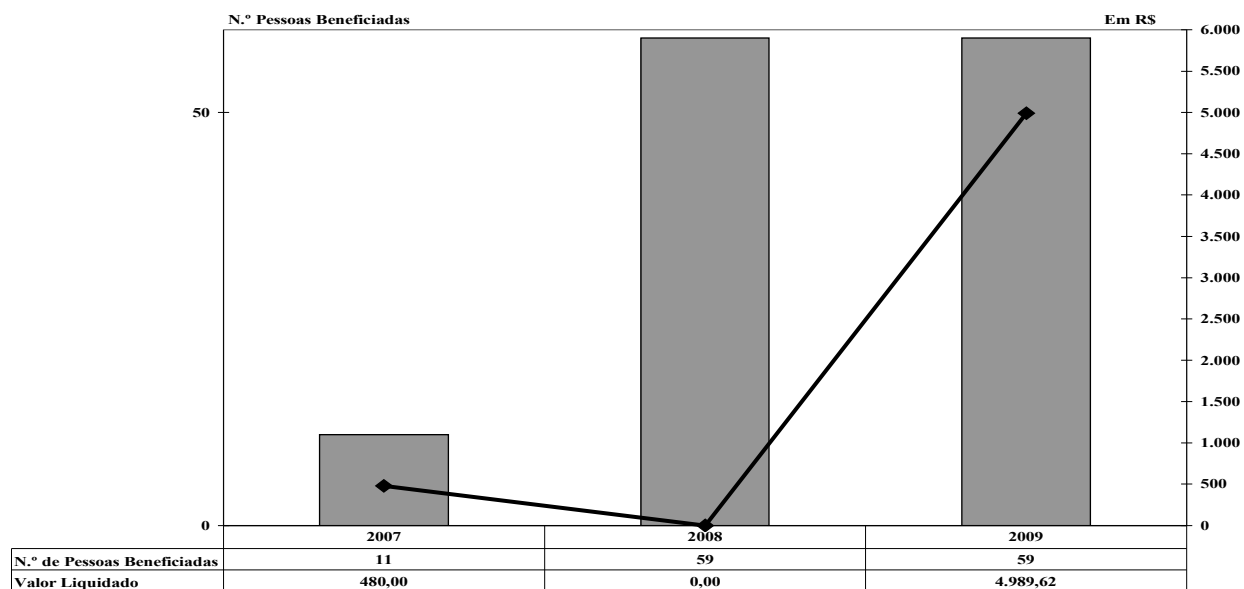
Para o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada nacionalmente a dotação orçamentária de R\$ 19.519.046,00 com suplementação de R\$ 5.086.246,00, totalizando R\$ 24.605.292,00; e para a Sureg-RR foi descentralizado o crédito de R\$ 5.000,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$ 4.989,62, o equivalente a 0,02%. No acumulado de 2011, o número de atendimentos realizados aos beneficiários foi de 59, ficando em torno de 107,27% da meta física estabelecida.

9.1.2.1.1 . Análise dos Indicadores

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			96,00
2010			-
2011	Meta:	Realizado	99,79
Análise: De acordo com a demonstração acima, podemos observar que no exercício de 2011, houve um pequeno crescimento em relação ao ano 2009, na Execução Financeira.			

Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				43,64
2010				-
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	84,57
Análise: Em relação ao custo do atendimento unitário do serviço odontológico em 2011, foi superior ao ano de 2009. Demonstrando investimento da empresa em seu quadro de pessoal.				

Figura XV – Número de Pessoas Beneficiadas



9.1.2.2 Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Quadro XXVII – Detalhamento da Dotação orçamentária para a ação (20CW)

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	4.700,00	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
Dotação Final	757.228,00	4.700,00	0,62
Execução Orçamentária	753.997,08	4.600,44	0,61
Índice	99,57	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	15	0,36
Execução Física	2.488	-	0,00
Índice	59,34	-	-

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc. Para a ação houve uma dotação orçamentária nacional de R\$ 757.228,00.

Os exames periódicos foram realizados com dotação orçamentária da Ação de Assistência Médica e Odontológica. Na Sureg RR a dotação orçamentária foi de R\$ 4.700,00 totalizando 15 atendimentos, com participação de 0,36% no Meta física – Servidor beneficiado.

9.1.2.2.1 Análise dos Indicadores

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
2010				-
2011	Meta:	100,00	Realizado	97,88
Análise: O percentual da execução financeira aplicada no serviço de Assistência a Saúde aos empregados ficaram dentro do esperado.				

9.1.2.3 . (20 12) Auxilio Alimentação aos Servidores

Quadro XXVIII – Detalhamento da Dotação para a ação (2012)

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	100.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	100.000,00	0,45
Execução Orçamentária	21.662.047,14	99.720,65	0,46
Índice	97,37	99,72	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	16	0,38
Execução Física	4.334	17	0,39
Índice	103,36	106,25	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Na dotação orçamentária geral da Conab, a Sureg RR teve participação de R\$ 100.000,00, representado 0,45%. Quanto a execução foram investidos R\$ 99.720, 65, sendo 0,46% do total geral. O destaque fica por conta da execução física da Meta prevista, que superou as previsões, sendo de 106,25%.

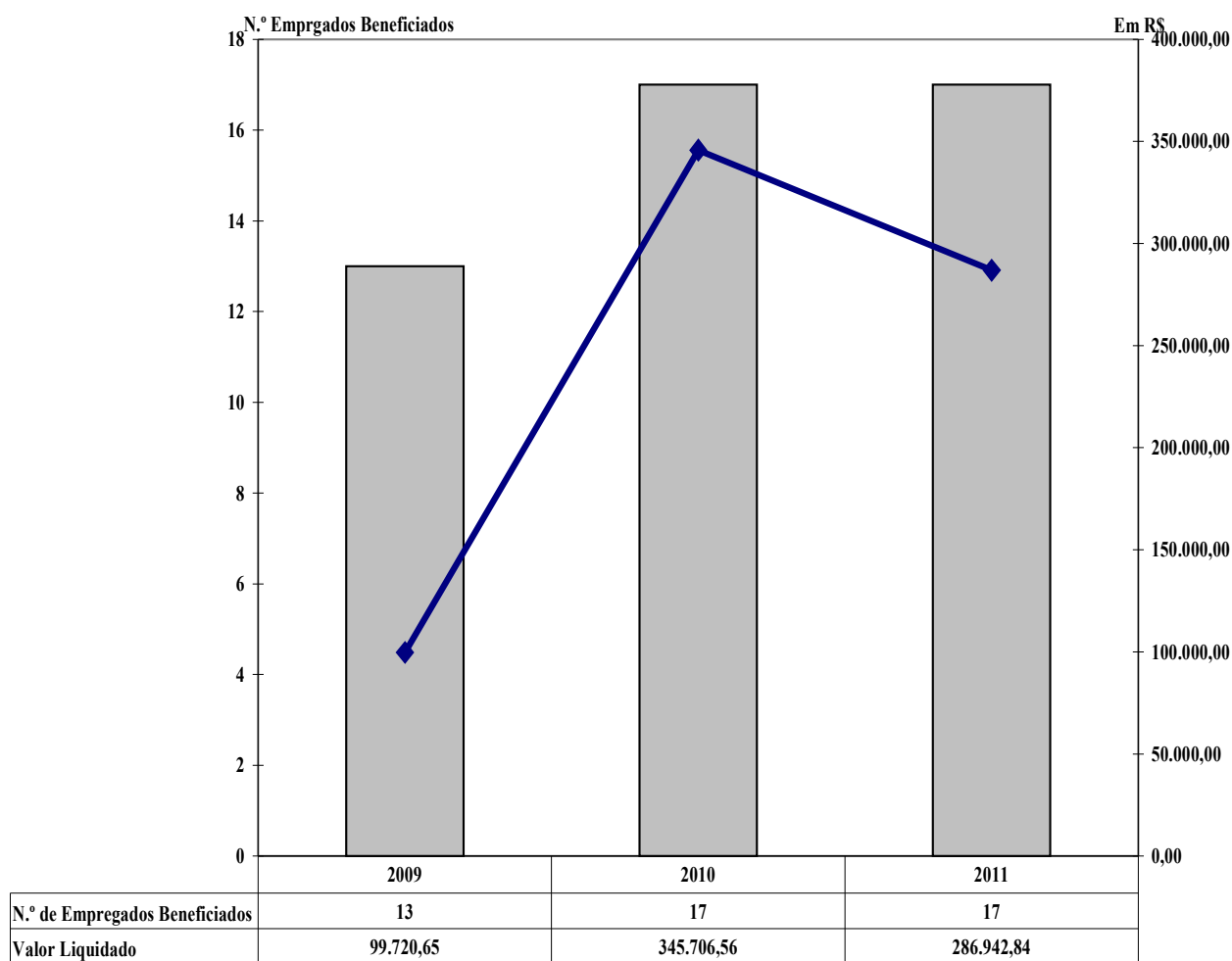
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			130,00
2010			113,33
2011	Meta:	100,00	Realizado
			106,25
Análise: Diante dos números acima, concluímos que em referência aos anos de 2009 e 2010, no exercício de 2011 mesmo superando a meta física prevista, o resultado foi inferior aos obtidos anteriormente.			

9.1.2.3.1 . Análise dos indicadores

Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				97,59
2010				98,42
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,72
Análise: Segundo as informações acima, os percentuais da execução financeira representa aumento em 2011, referentes aos anos anteriores.				

Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				1.388,74
2010				5.499,82
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.865,92
Análise: O custo unitário por benefício de acordo com os dados, tem aumentado a cada ano. Proporcionadamente houve um aumento elástico entre 2009 e 2010. Quanto ao ano de 2011, manteve a margem de crescimento no preço por beneficiário.				

Figura XVI – N° de Empregados Beneficiários



9.1.2.4 . (2011) Auxílio Transporte

Para a Sureg-RR foram disponibilizados execução orçamentária o valor de R\$ 21.463,00, correspondente a , 029% da execução nacional.

Quanto a meta física, o valor estipulado foi de 13 servidores beneficiados/mês, sendo totalizado no final do exercício 17 atendimentos.

Na Sureg - RR a execução desta ação se dá de por meio de pecúnia.

9.1.2.4.1– Análise dos indicadores

De acordo com a previsão de meta física, observa-se que foi superada a previsão, com a realização de 100%. Desta forma, as expectativas quanto ao atendimento foram superadas.

9.1.2.5 .(2272) Gestão e Administração do Programa

Quadro XXIX – Detalhamento da Dotação Orçamentária da Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RR	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	691.000,00	0,14
Pessoal	391.071.326,00	435.000,00	0,11
Custeio	77.070.000,00	255.000,00	0,33
Investimentos	20.275.000,00	1.000,00	0,00
Execução Orçamentária	461.250.028,94	682.405,41	0,15
Pessoal	387.327.794,86	433.595,29	0,11
Custeio	73.477.389,40	248.810,12	0,34
Investimentos	444.844,68	0,00	0,00
Índice	94,44	98,76	-

Fonte: Supor e Siafi

Para a Sureg-RR houve dotação final de R\$ 691.000,00 (0,14% do total nacional), sendo liquidados R\$ 682.405,41 ou 0,15% da dotação. Deste valor foram executados R\$ 433.595,29 para pessoal; R\$ 248.810,12 para custeio. Não houve execução orçamentária em investimentos.

A execução orçamentária da folha de pessoal é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

O quadro abaixo contempla os valores destinados ao pagamento de pessoal, custeio e investimentos com mais detalhes, e ainda comparado os quatro últimos exercícios (2007 a 2010).

Quadro XXX – Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ

Discriminação	RR				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	42.805,62	0,00	169.335,96	403.231,88	433.595,29
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	0,00	25.702,56	61.047,17	67.806,25
Obrigação patronais	0,00	0,00	143.633,40	342.184,71	365.789,04
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	42.805,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	242.368,71	192.609,51	243.623,50	282.081,49	248.810,12
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	1.260,00	9.195,50	8.758,00
Material de consumo	6.525,56	11.036,78	18.270,76	49.039,34	0,00
Passagens e Despesas com locomoção	10.800,00	0,00	0,00	0,00	1.083,68
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	415,70	750,00	0,00	160,00	0,00
Locação de mão-de-obra	198.720,72	96.789,15	95.932,08	95.932,08	77.658,84
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	22.983,43	76.376,17	122.328,75	0,00	149.594,92
Obrigações tributárias e contributivas	2.740,76	0,00	0,00	6.315,50	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	182,54	1.257,10	1.876,05	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	121.439,07	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	6.400,31	3.955,86	0,00	11.714,68
Investimentos	46.137,82	0,00	104.874,01	3.150,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	46.137,82	0,00	104.874,01	3.150,00	0,00
Total	331.312,15	192.609,51	517.833,47	688.463,37	682.405,41

Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
Resultados:			
2007			#DIV/0!
2008			#DIV/0!
2009			70,17
2011			95,95
	Meta:	100,00	Realizado
			98,76
Análise: Pelo quadro apresentado, a Sureg RR teve uma participação de 0,14 % da dotação orçamentária final, porém destes 0,11% no pessoal e 0,13 em custeio, enquanto na parte de investimento não houve recurso investido. Outro destaque é quanto a execução orçamentária, na qual a Sureg RR participou com R\$ 433.595,29 no pessoal e R\$ 248.810,12 em custeio. Em comparação do ano de 2011 com 2010, percebemos uma diminuição na execução financeira, sendo que em 2011 foram executados R\$ 682.405,41 enquanto no ano de 2010 foram executados R\$ 688.463,37, demonstrando uma clara redução nos recursos.			

9.1.2.6 . (8579) Geração e Difusão de informações

Quadro XXXI - Detalhamento da Dotação Orçamentária para a ação 8579

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RR	
Dotação Orçamentária	315.000,00	4.000,00	1,27
Execução Orçamentária	294.066,15	3.171,60	
Índice	93,35	79,29	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

De acordo com o quadro acima a Sureg RR participou 1,27% da Execução Orçamentária geral da Conab, no montante de R\$ 3.171,60. Em relação a dotação orçamentária no valor de R\$ 4.000,00, o índice de foi de 79,29%. Não houve Execução Física financeira.

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	79,29
Análise: A participação da sureg RR no programa Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar foi de 1,27% do orçamento geral e executou 79,29% , com diárias, passagens e despesas com locomoção.				

9.1.2.7 . Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XXXII – Detalhamento da Dotação do Programa Capacitação de Servidores

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001
PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	1,18
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	7.133,57	1,91
Índice	24,35	19,82	
Meta Física	4.300	15	0,35
Execução Física	3.165	13	0,41
Índice	73,60	86,67	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A Sureg RR no quesito capacitação de servidores investiu R\$ 7.133,57 (1,91%), da Execução Orçamentária em comparação com a dotação geral. Quanto a Meta Física foi superada em 86,67%.

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	-	-	0,00
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	0,00
2011	1.462,50	-	1.709,10	-	-	3.171,60

Fonte: Siafi

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010			63,81
2011	Meta:	100,00	Realizado 19,82
Análise: Apesar da superação da meta física prevista na LOA no exercício de 2011, quando comparado com o ano de 2010 houve redução, ou melhor, foi inferior no total, aproximadamente 19,75%.			

Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010				32,31
2011	Meta:	100,00	Realizado	86,67
Análise: De acordo com o previsto na LOA, o acompanhamento da implementação das atividades de treinamento, superou a previsão em relação ao ano de 2010. Quanto ao exercício de 2011 foi atingido 86,67% do previsto na LOA.				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				0,00
2010				607,76
2011	Meta:	607,76	Realizado	548,74
Análise: Consideramos que os investimentos aplicados na formação e capacitação dos empregados são preponderantes na execução e desenvolvimento das atividades da Sureg RR. Por outro lado, a execução da meta menos 38,10%, ou seja, previsão da meta de 15 e execução de 13 supera as expectativas da coordenação. Não obstante, destacamos o aumento da previsão referente ao de 2012, que foi de 80%.				

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	65	15	-76,92	20.000,00	36.000,00	80,00
Execução	21	13	-38,10	12.762,91	7.133,57	-44,11
Percentual de Execução	32,31	86,67	-	63,81	19,82	-
Gasto per capita (R\$)				607,76	548,74	-

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	1	40	40
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	8	2,5
Financeira	1	466	466
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	1	16	16
Planejamento	7	240	34,29
Qualidade	0	0	-
Total	13	770	59,19

Fonte: Gecap

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2008	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2009	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2010	4.275,00	-	4.613,91	-	3.874,00	-	-	12.762,91
2011	2.025,00	-	1.727,68	-	3.380,89	-	-	7.133,57

Fonte: Siafi

9.1.2.8 . (21301) - Formação de Estoques

Quadro XXXIII – Detalhamento da Dotação Orçamentária da Formação de Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	2.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	2.000.000,00	0,09
Execução Orçamentária	918.235.408,22	1.001.395,85	0,11
Índice	42,32	50,07	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Em comparação a dotação orçamentária final com a da Sureg RR foi de 0,09%, no total de R\$ 2.000.000,00, porém, segundo o quadro acima não houve execução financeira.

Aquisições

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2011	Sacaria	365.461	0	365.461

Fonte: Suope/Gefoc

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				81,42
2010				47,83
2011	Meta:	-	Resultado:	50,07
Análise: Observamos que na formação de estoque no decorrer do ano de 2011 em comparação ao ano de 2010, houve um ligeiro aumento, porém em relação ao ano de 2009, houve uma redução significativa.				

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-RR	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	5.900,00	0,44
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	143.932,96	2,69
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	79.989,93	0,17
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	771.572,96	1,44
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	1.001.395,85	0,11

9.1.2.9 - Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras

Quadro XXXIV – Dotação orçamentária para Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RR	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	-	0,00
Execução Orçamentária	794.110,27	-	0,00
Índice	79,41	-	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	-	0,00
Execução Física	12	-	0,00
Índice	100,00	-	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No exercício de 2011, não houve previsão orçamentária para pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras, na Sureg RR.

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	16,5	20,0	21,2	3,5	87,1	107,1	23,0	20,0
Aveia								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	6,5	6,5	0,0	0,0	12,8	13,0	1,6	0,2
Milho 1ª safra	6,5	6,5	0,0	0,0	12,8	13,0	1,6	0,2
Milho 2ª safra								
Soja	1,4	3,7	164,3	2,3	3,9	10,4	166,7	6,5
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RR	27,4	33,2	21,2	5,8	105,8	132,5	25,2	26,7

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	20,0	20,0	0,0	0,0	107,1	107,1	0,0	0,0
Aveia								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	3,0	3,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	6,5	6,5	0,0	0,0	13,0	13,0	0,0	0,0
Milho 1ª safra	6,5	6,5	0,0	0,0	13,0	13,0	0,0	0,0
Milho 2ª safra								
Soja	3,7	3,7	0,0	0,0	10,4	10,4	0,0	0,0
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RR	33,2	33,2	0,0	0,0	132,5	132,5	0,0	0,0

9.1.2.10 . Recuperação e Modernização da Rede

Quadro XXXV – Dotação orçamentária da Recuperação e Modernização da Rede

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RR	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	28.865,96	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	28.865,96	0,07
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	28.865,96	0,08
Execução Orçamentária	503.777,46	16.804,54	3,34
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	16.804,54	6,64
Índice	1,29	58,22	-
Meta Física – unidade modernizada	70	1	1,43
Execução Física	57	1	1,75
Índice	81,43	100,00	-

A Sureg RR teve investimento na ordem de R\$ 16.804,54, representando 3,34% da execução orçamentária. O destaque fica por conta da Sureg RR ter atingido 100% da meta física, enquanto a Conab geral executou 81,43%.

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários

Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Maior ou igual a 100%

Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$

Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas

Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gerap

Resultados:

2007				-
2008				-
2009				-
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00

Análise: O ponto positivo foi a recuperação de toda rede armazenadora da Sureg RR em 2011.

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria			
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			98,57
2010			90,58
2011	Meta:	100,00	Realizado 58,22
Análise: A Sureg RR mesmo realizando 100 de sua meta física, foi abaixo dos investimentos de 2010 e 2009.			

9.1.2.11 . (2137) Fiscalização de Estoques

Quadro XXXVI – Dotação orçamentária e Indicadores da Fiscalização de Estoques e das Operações de garantia e Sustentação de preços na Comercialização de produtos Agroalimentar.

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RR	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 0,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 0,00	0,00
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 0,00	0,00
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	12	0,22
Execução Física	6.030	23	0,38
Índice	109,64	191,67	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A Sureg Roraima não necessita de recursos financeiros para realizar a fiscalização em seus estoques tendo em vista que a sede da Sureg onde é lotado os empregados que realizam as vistorias estão sediados na própria sede da Unidade Armazenadora.

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	1.959	1.959	208	208
Contrato de Opção	3.507	3.507	1.560	1.560
Agricultura Familiar	-	-	0	0
Fome Zero	-	-	0	0
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
Total	5.466	5.466	1.768	1.768

Fonte: Gefis

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas

Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA

Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$

Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas

Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor

Base Geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup

Resultados:

2007				-
2008				-
2009				200,00
2010				200,00
2011	Meta:	100,00	Realizado:	191,67

Análise: A vistoria em duas etapas ficou dentro do patamar desejado, em torno de 191,67%.

9.2 . Análise das Inscrições em Restos a Pagar

Os valores registrados correspondem as despesas de Dezembro, não sendo possível suas apropriações, liquidações e pagamentos no mesmo exercício.

9.2.1 . Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXVII – Demonstrativos de cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1.00

Resto a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Parcelamento acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	47048,5		45515,6	1532,9
2009	6430,01		4336,24	2093,77
...				
Resto a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cncelamento acumulados	Parcelamento acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
2009	30680,7			8302,52
...				
Observações:				

9.2.2 . Análise Crítica

Pelos valores registrados em Restos a Pagar de exercícios de anos anteriores, no final do exercício de 2011, são referentes serviços e manutenção da Unidade Jurisdicionada.

9.3 . Transferências Recebidas e Realizadas no Período

Os recursos provenientes de repasses de outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Sureg's mediante descentralizações orçamentárias/financeira.

9.4 . Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03

Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00

Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		

Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUCRO A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
							31.510.972,51	0

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO								
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1575548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011*****Sumário***

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES**

FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da

Sobretaxa da Conab, da 2.^a quinzena de dezembro de 2011, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no

exercício seguinte;

- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377	
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706	
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860	
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732	
Subtotal – Circulante	197.502	176.675	

9.2 .Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548	
Títulos a Receber	30.188	29.902	
Outros Créditos	635	656	
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003	
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109	
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784	

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244	
Créditos Parcelados	334	31	
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140	
Total – Circulante	292.646	119.415	

10.2 . Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Entidades Federais	17.628	15.163	
Créditos Parcelados	307	102	
Créditos a Recuperar	75	83	
Total – Não Circulante	18.010	15.348	

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 . Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15
CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

□ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

□ **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

□ **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

□ **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

17.1 .Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 .Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3. Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 .Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 .Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 .Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80	
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 .Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agro extrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agro-energia -MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058	
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521	
Total de Repasses	3.218	3.579	

21.2 . Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

9.5 – Composição dos Investimentos da Empresa

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

9.6 . Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

De acordo com o quadro a seguir a UJ Sureg RR tem sob sua responsabilidade 3 imóveis da União, que de acordo com decisão do Conad estão destinados a venda.

Quadro XXXVIII – Demonstração quadro patrimonial Sureg RR

Localização Geográfica Roraima	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Alto Alegre	1	1	O armazém de Alto Alegre e um prédio em Boa Vista estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Boa Vista	2	2	O armazém localizado na Av. Venezuela, 1120 em Boa Vista abriga atualmente o escritório da Unidade Armazenadora e a sede da Superintendência Regional. O prédio localizado na Av. Capital Júlio Bezerra, esta sendo realizando licitação para reforma e adequação para a Futura sede da Superintendência
Total	3	3	

9.7. Parecer da Auditoria Independente

O relatório a seguir às paginas de nº 91, 92, 93 a seguir correspondente ao parecer da Auditoria Independente.

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

10 . Governança e Controles

O atual item 10 e seus subitens deste Relatório, corresponde ao item 13 e seus subitens do Anexo II DN TCU N° 108.

10.1 .Informações sobre o Controle Interno

Quadro XXXIX – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x	x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10.2 . Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

10.2.1 . TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					002114
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	012.882/2009-6	1.080/2010 TCU - Plenário	1.5	DE	Ofício nº 391/2010 TCU/SECEX-RR, de 27.05.2010.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					002114
Descrição da Deliberação:					
A Corte de Contas conheceu a representação para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia das peças de fls. 54/65 e desta deliberação à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima e à empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/RR:					
- “1.5. Determinações:					
1.5.1. à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima que, no caso de eventual					

prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 002/2008), celebrado com a empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;

1.5.2. à Secex/RR que:

1.5.2.1. após o julgamento de todas as Representações que tratam da mesma matéria, forme um processo apartado, com cópia das respectivas deliberações, inclusive das já proferidas, com vistas ao posterior encaminhamento à Procuradoria da República no Estado de Roraima, para a apuração dos indícios de atos tipificados como crime pelo art. 4º da Lei n. 8.137/1990 e pelo art. 90 da Lei n. 8.666/1993, e à Secretaria Nacional de Direito Econômico, para o exame de possível formação de cartel na prestação de serviços de vigilância a órgãos e entidades do Governo Federal no Estado de Roraima;

1.5.2.2. monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 1.5.1 retro, bem como os resultados dele advindos, nos termos do art. 42, caput, da Resolução/TCU n.º 191/2006”.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
SUREG/RR	002114

Justificativa para o seu não cumprimento:

Convocados A MPF juntamente como o TCU convocou todas os Órgãos Públicos para uma reunião no dia 14.07.2010, onde foi decidido que a Justiça Federal, GRA, UFRR, TREe o MPF fariam uma única licitação com vista a contratação de empresa prestadora de serviços, acordados com os parâmetros instituídos pelo TCU, cuja licitação deu deserta .

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de outras empresas com sede no estado para participarem dos certames licitatórios, e vistas a não expor em riscos ao Erário Público (danos ao Patrimônio e a empregados) viabilizou a prorrogação do contrato.

10.2.2 . CGU

No exercício de 2011 , não houve deliberações da CGU para a Sureg-RR

10.3 . Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

No período de janeiro a dezembro de 2011,a Sureg-RR não foi auditada pela auditoria interna da CONAB.